

UNIVERSIDADE DO PLANALTO CATARINENSE – UNIPLAC

ELUSA CAMARGO DE OLIVEIRA MACHADO

ESCOLAS SUBMERSAS

Os efeitos de uma hidroelétrica nas comunidades e escolas do campo

**LAGES
2011**

UNIVERSIDADE DO PLANALTO CATARINENSE – UNIPLAC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

ELUSA CAMARGO DE OLIVEIRA MACHADO

ESCOLAS SUBMERSAS

Os efeitos de uma hidroelétrica nas comunidades e escolas do campo

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de mestre, no Programa de Pós-Graduação em Educação *stricto sensu* Mestrado em Educação, sob orientação da Prof^a Dr^a Zilma Isabel Peixer. Universidade do Planalto Catarinense - UNIPLAC

Lages
2011

UNIVERSIDADE DO PLANALTO CATARINENSE – UNIPLAC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

ELUSA CAMARGO DE OLIVEIRA MACHADO

ESCOLAS SUBMERSAS

Os efeitos de uma hidroelétrica nas comunidades e escolas do campo

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de mestre, no Programa de Pós-Graduação em Educação *stricto sensu* Mestrado em Educação, sob orientação da Prof^a Dr^a Zilma Isabel Peixer. Universidade do Planalto Catarinense - UNIPLAC

Banca examinadora:

Prof^a Dr^a Zilma Isabel Peixer (orientadora)_____

Prof^a Dr^a Célia Regina Vendramini (avaliadora externa- UFSC)_____

Prof^o Dr^o Geraldo Augusto Löcks(Mestrado Uniplac)_____

Agradecimentos

Não é simplesmente agradecer que quero. Quero trazer para dentro do meu texto aqueles que já o percorrem nas entrelinhas. E não só aos que me ajudaram efetivamente na construção dessa Dissertação, mas aos amigos e colegas que compartilharam comigo ideias, fomentaram discussões. Àqueles que me ajudaram, de alguma forma, no meu percurso nesses dois anos e, principalmente, a seguir adiante com a escrita, tarefa essa muito árdua e solitária, mas sempre sem perder o que pulsa, o que vibra, agradeço imensamente a todos.

Em especial a minha amiga e irmã láscara, que me ensinou muito, desde as pequenas coisas do convívio com as pessoas até que a vida é uma tensão de rascunho e, o rascunho, um instrumento que conspira contra a perfeição. Pela amiga que é, tentando sempre rasurar minhas pontinhas de desânimo ou tristeza com um sorriso e com palavras de carinho e entusiasmo, não saberia agradecer, senão oferecendo-lhe essas linhas.

A Zilma, minha incansável orientadora, sei que não foi fácil essa caminhada, mas tenho plena certeza de que ela só está chegando ao final, graças a você.

Ao meu marido, meu amor por mais de 20 anos, por tudo dito e não dito. E como não há muitas maneiras de dizer o indizível, digo apenas, obrigado, pela paciência e pelo carinho dedicado neste tempo de muitas angústias.

As minhas filhas, Gabriela e Mariana, filhas maravilhosas, que souberam compreender os momentos difíceis que passamos, obrigado pelo carinho e apoio.

Aos meus pais e principalmente a minha mãe, exemplo de mulher, me ensinou que vale a pena lutar pelo bem de uma comunidade, em qualquer lugar que você esteja, tenho certeza que torceu muito por mim.

Aos colegas de trabalho, que souberam compreender minhas ausências.

A equipe dirigente da Fundação UNIPLAC, pelo apoio e compreensão.

E ao grupo de pesquisa do projeto, Educação do Campo: Políticas e Práticas em SC (UFSC), que integra o Observatório de Educação, MEC / CAPES / CNPq / SECAD.

As pessoas entrevistadas, meu agradecimento especial, pois foi através delas que pude elaborar melhor meu trabalho e por consequência, entender melhor suas lutas e suas conquistas.

Enfim, agradeço a todos que de uma forma ou de outra contribuíram com meu sucesso.

Resumo

Este trabalho é um estudo de caso, que tem como principal objetivo estudar a relação entre as escolas e os empreendimentos hidroelétricos. Para isso, foi necessário refletir sobre o processo histórico de constituição do território, a relação do empreendimento com a comunidade local e também compreender como a escola está inserida no processo de construção desses empreendimentos. As escolas estudadas situam-se nas comunidades rurais do município de Anita Garibaldi. O estudo reflete sobre educação do campo e sobre o papel da escola em comunidades rurais, sendo que um dos desafios do trabalho foi compreender a relação entre a educação e desenvolvimento, pois segundo a lógica capitalista, desenvolvimento está diretamente relacionado à urbanização e industrialização e o campo neste sentido, é meramente o lugar do atraso. No trabalho observou-se que essa perspectiva esteve presente na construção da UHE-Barra Grande. Com a implantação de um empreendimento de grande porte, muitas mudanças são introduzidas nos lugares atingidos, e a escola, enquanto um bem coletivo, foi considerado um espaço de segundo plano nesse empreendimento, pois como observou-se nos 7 reassentamentos a escola não fez parte das negociações. Em um dos reassentamentos a escola foi uma conquista posterior em função da mobilização e organização da comunidade. Observa-se que com o movimento de educação do campo, a defesa da escola e da educação como um direito começa a integrar a bandeira de luta dos movimentos sociais e, no caso estudado do movimento de atingidos por barragens.

Palavras chave: Escolas, Educação do Campo, desenvolvimento, barragem

Abstract

This paper is a study case, aiming to study the relationship between schools and hydroelectric enterprises. To achieve so, we need to reflect on the historical process of constitution of the territory, the relationship of the enterprise with the local community and also understand how the school is inserted in the process of building these projects. The studied schools are located in rural communities in the municipality of Anita Garibaldi. The study reflects on rural education and the role of the school in rural communities, where one of the challenges was to understand the relationship between education and development, as according to capitalist logic, development is directly related to urbanization and industrialization, and the rural area in this sense is merely a holdback. It was observed in this work that this perspective was present in the construction of the power plant in Barra Grande. With the deployment of a large project, many changes are introduced in the locations affected; and the school, as a collective asset, was considered a background issue in this project, because as it was observed in 7 resettlements, the school was not part of the negotiations. In a resettlement, the school was a later achievement due to the mobilization and organization of the community. It is observed that with the movement of rural education, the defense of school and education as a right begins to integrate the battle flag of social movements and in the studied case about the movement of people affected by dams.

Key-words: schools, rural education, development, dams.

LISTA DE SIGLAS

AGU – Advocacia Geral da União.

ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica.

AMURES - Associação de Municípios da Serra Catarinense.

APP – Associação de Pais e Professores

BAESA - Barra Grande Energética S.A.

CEFFA – Centros Familiares de Formação por Alternância.

CFR – Casa Familiar Rural.

CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente.

CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura.

CPT – Comissão Pastoral da Terra.

CRAB - Comissão Regional dos Atingidos por Barragens.

EFA – Escola Família Agrícola.

EIA – Estudo de Impacto Ambiental.

EJA - Educação de Jovens e Adultos.

ELETROSUL – Centrais Elétricas S.A.

ENERA – Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária.

ENGEVIX - Engevix Engenharia S/C LTDA.

ETS - Energia, Transporte e Saneamento S/C LTDA.

FBOMS - Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento

FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de

Valorização dos Profissionais da Educação.

FUNDEF – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério.

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

ICMS - Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

LAC – Levantamento Agropecuário de Santa Catarina.

MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens.

MEB – Movimentos Eclesiais de Base.

MEC – Ministério da Educação.

MMA – Ministério do Meio Ambiente.

MMC - Movimento das Mulheres Campesinas

MME – Ministério de Minas e Energia.

MPF – Ministério Público Federal.

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

OCDE – Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico.

PCH – Pequena Central Hidroelétrica.

PIB – Produto Interno Bruto.

RIMA – Relatório de Impacto Ambiental.

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio as Micro e Pequenas Empresas.

SECAD - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão.

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

TAC – Termo de Ajustamento de Conduta.

UHE – Usina Hidroelétrica.

Lista de Gráficos

Gráfico 1: População de Anita Garibaldi.....	37
Gráfico 2: Localização rural e urbano no município de Anita Garibaldi entre 1980 e 2010.....	38
Gráfico 3: Anita Garibaldi- PIB por percentual de atividade.....	39
Gráfico 4: Anita Garibaldi – estrutura fundiária.....	40
Gráfico 5: Demonstrativo de estrutura fundiária – Brasil 2006.....	46
Gráfico 6: Matrículas.....	80

Lista de Tabelas

Tabela 1: Demonstrativo do crescimento da população urbana de Lages - 1940 a 2010.....	33
Tabela 2: Anita Garibaldi – orçamento municipal 1999 – 2011.....	39
Tabela 3: Matrículas no município de Anita Garibaldi.....	80

Lista de Quadros

Quadro 1: Relação de municípios que compõem a Serra Catarinense	27
Quadro 2: Empreendimentos hidroelétricos na bacia dos rios Pelotas e Canoas.....	34
Quadro 3: Modalidades de indenizações.....	64
Quadro 4: Redes de ensino.....	79

Lista de Mapas

Mapa 1 – mapa de Santa Catarina.....	36
--------------------------------------	----

Sumário

1. Introdução.....	15
1.1 Delineando o campo de estudo.....	15
1.2 Memorial.....	19
2. Caminhos e projetos nas formas de ocupação do território.....	24
2.1 Delineando o Território	24
.....	24
2.1.1 Território dos Campos, da Pecuária e das Fazendas.....	28
2.1.2 Territórios da Madeira e das Águas.....	32
2.2 O Município de Anita Garibaldi.....	36
3. Educação e Desenvolvimento: aportes para os estudos de UHE e escolas situadas em comunidades rurais.....	43
3.1 Educação e Desenvolvimento: dimensões da educação do campo.....	43
3.2 A Educação do Campo como um Direito.....	50
4. A barragem que não viu o povo.....	57
4.1 No Caminho das Águas.....	57
4.2 Comunidades submersas.....	59
5. A barragem que não viu escolas	77
5.1 Um pequeno panorama da educação no município de Anita Garibaldi.....	79
5.2 Escolas submersas.....	81
6. Considerações Finais.....	88
7. Referências	92

1. Introdução

1.1 Delineando o campo de estudo

Vive-se um tempo de rápidas transformações tecnológicas, de aprimoramento dos sistemas de comunicação, de novos conhecimentos e experimentações. Todo esse desenvolvimento tem por base sistemas de energia. O consumo de energia no mundo cresce e este tem sido o argumento principal para a construção de Usinas Hidroelétricas no Brasil. O Brasil é um país privilegiado em recursos hídricos e cerca de 95% da energia elétrica brasileira provêm de rios (ANEEL, 2007). O país detém, também, 15% das reservas mundiais de água doce disponível, porém só utiliza um quarto de seu potencial. Atualmente, a energia de origem hídrica é a segunda maior fonte de eletricidade no mundo. Nessa área, um dos desafios é a produção de energias limpas, considerando-se o uso dos recursos naturais, mas também, o seu processo de construção e os efeitos em seus locais de implantação. É neste contexto que situa-se esta pesquisa, cujo foco é analisar os efeitos da construção da UHE-Barra Grande em comunidades rurais e suas escolas.

O Brasil, através de políticas públicas, nas quais destacamos o PAC – Programa de Aceleração do Crescimento, programa do Governo Federal que tem como objetivo investir em produção de energia para garantir o suprimento para a população, além de impulsionar e sustentar o crescimento do País, tem como um de

seus eixos principais a aplicação de recursos para geração e transmissão de energia elétrica, exploração de petróleo e gás, combustíveis renováveis e pesquisa mineral. O incentivo à construção de usinas hidrelétricas no país é crescente, sendo defendido como um excelente investimento.

Na década de 1990, foi iniciada a construção da UHE Barra Grande, no município de Anita Garibaldi (SC) e Pinhal da Serra (RS), na bacia do rio Uruguai. Esta hidroelétrica faz parte de um projeto de aproveitamento hídrico dos rios da Bacia do Rio Uruguai, na qual já foram construídas, entre outras, as UHEs de Itá, Machadinho, Campos Novos, Barra Grande e, em fase de implantação, a Usina de Paiquerê. Em todos esses empreendimentos, observa-se que as questões socioculturais são analisadas como periféricas em relação à questão central, que é a produção de energia. Assim, estruturamos nossa pesquisa, para analisar as relações sociais envolvidas no processo de construção de hidroelétricas e suas implicações nas escolas do campo, a partir de um estudo de caso da UHE Barra Grande.

Grande parte dos estudos realizados no Brasil sobre UHEs foca seu objeto de pesquisa nas populações atingidas, nos efeitos da barragem sobre as populações camponesas e/ou indígenas. Há muito poucos estudos sobre as escolas atingidas direta ou indiretamente pelos empreendimentos. Portanto, a relação entre escolas e grandes empreendimentos é um dos objetivos deste estudo de caso, que procura delinear as relações sociais envolvidas na construção da UHE Barra Grande em relação às escolas do campo e à população atingida. Para isso, estruturamos três objetivos específicos: I) delinear o processo histórico de constituição do território, o espaço de construção da UHE; II) estudar o processo de implantação do empreendimento e a relação com a comunidade local; III) compreender a escola no processo de construção da UHE Barra Grande. Nesse caso, partimos do desafio de compreender as escolas situadas nas comunidades rurais, através da ótica dos estudos em Educação do Campo, que demonstram como tradicionalmente as escolas situadas em comunidades rurais são consideradas como espaços periféricos nas comunidades e nas políticas públicas de desenvolvimento local, visão que tem determinado, inclusive, o fechamento de muitas escolas. O movimento nacional em defesa de uma educação do campo traz para o debate a importância da escola/educação nos processos de desenvolvimento local.

Esta pesquisa foi realizada através de estudo de caso, com utilização de entrevistas, pesquisa documental e bibliográfica, tais como: EIA, RIMA, artigos de

jornais, atas de audiências públicas, sobre a influência da Usina Hidroelétrica Barra Grande no município de Anita Garibaldi -SC.

Segundo Minayo,

A pesquisa qualitativa...trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (2004;21/22).

Foram realizadas 18 entrevistas semi-estruturadas, com os moradores do reassentamento de Laranjeiras, com a Secretária Municipal de Educação, outros profissionais de educação, lideranças locais do Movimento de Atingidos por Barragens, representantes de outras comunidades do município de Anita Garibaldi. Nas entrevistas, foram coletadas informações sobre as percepções com relação a construção da UHE, sobre como eles foram tomando conhecimento e sendo inseridos no processo, as lutas e/ou organizações de que participaram ou não. Na dissertação, optamos por usar nomes fictícios, garantindo a privacidade das pessoas que gentilmente conversaram e compartilharam conosco suas histórias, lutas e apreensões.

O trabalho está estruturado em quatro capítulos, além da introdução e das considerações finais.

No capítulo intitulado *Caminhos e Projetos nas Formas de Ocupação do Território*, fazemos uma apresentação da região geopolítica do Planalto Catarinense, aspectos de sua história e cultura, com destaque para o município de Anita Garibaldi, local onde situa-se a UHE Barra Grande. Compreende-se a região na perspectiva de formação de um território, pois, como salienta Boeira, "o conceito de território está vinculado, respectivamente, ao espaço físico, à terra e às determinações econômicas e políticas, de um lado, e à consciência de seu valor no sentido simbólico, de outro" (2006; 21). O território aqui compreendido não corresponde simplesmente às divisões geopolíticas municipais, mas remete a relações sociais, ambientais, culturais e econômicas, construídas historicamente pelos grupos sociais.

A forma de ocupação do espaço e de organização das atividades produtivas impôs uma dinâmica distinta à vida das pessoas. Os territórios foram sendo aos

poucos construídos e reconstruídos, buscando sempre a interação entre os sistemas socioculturais e ambientais. E é nesse contexto que as ações para a construção da UHE Barra Grande tiveram importância. Um território rural construído a partir de relações marcadas pelas desigualdades sociais, com a predominância de grandes propriedades, da expropriação da terra, da monocultura do *pinus*, da precária coesão e organização social da população residente, da passividade, além da inexistência de ações do poder público em suas diversas esferas. A implantação da UHE no território interfere diretamente na dinâmica da população local, alterando de diferentes maneiras a sua condição de vida.

No capítulo denominado *Educação e Desenvolvimento: aportes para os estudos de UHE e escolas situadas em comunidades rurais*, trazemos as contribuições da educação do campo, para pensar a escola em comunidades rurais e a relação entre educação e desenvolvimento. É uma questão central para a reflexão sobre os processos de construção de UHEs e outros grandes empreendimentos, que, seguindo a lógica tradicional do sistema capitalista, projeta perspectivas de desenvolvimento pautados na urbanização e na industrialização, nas quais “As transformações sociais, econômicas, políticas e culturais têm sido interpretadas a partir de uma visão centrada na importância da indústria (...) e da cidade (...), relegando um espaço residual ao mundo rural e seus significados (SAUER, 2003; 2). O movimento por uma educação do campo apresenta contrapontos a tal perspectiva restrita de desenvolvimento.

No capítulo intitulado: *A barragem que não viu o povo*, apresentamos os dados sobre a construção da UHE e a relação da comunidade local com ela. Neste capítulo, registramos os discursos de progresso e desenvolvimento econômico, vinculados à construção da barragem, e o lugar ocupado pelos grupos locais no processo. O título deste capítulo e do próximo é uma referência à discussão ambiental, que tinha como *slogan* “A barragem que não viu a floresta” (PROCHNOW, 2005).

No capítulo intitulado: *A barragem que não viu escolas*, procuramos demonstrar como a escola aparece no processo de construção da barragem. Segundo dados do Projeto Político Pedagógico do Município de Anita Garibaldi (2002), entre 1998 e 2007, houve o fechamento de 38 escolas nas comunidades rurais. Para isso, verificou-se a confluência de dois movimentos: o processo de nucleação / municipalização da educação e a construção da UHE. Analisa-se neste capítulo a ausência da escola e da preocupação com esse direito social, delineado

nos documentos oficiais e também nas propostas de reassentamentos das populações diretamente atingidas.

1.2 Memorial

Cada pesquisa que realizamos é também um processo de diálogo com o que somos, a forma como nos constituímos, e também uma perspectiva de compreensão da autora e da sua forma de conhecer o mundo. É em tal perspectiva que fazemos uma breve história de vida. Em alguns momentos, lutas e conflitos presentes no estudo de campo também se fizeram presentes em minha vida, seja como educadora, como pesquisadora ou como atingida por barragem.

Nasci no dia 04 de novembro de 1969, na Maternidade Teresa Ramos, no município de Lages. Após alguns dias do meu nascimento, fomos para casa, no interior do município, na localidade chamada Raposo. Morei lá até os 3 anos de idade. Trago muitas lembranças daquele local, das belas árvores ao redor da casa, de um tanque de lavar roupa de madeira, que possuía dois espaços. Sempre que podia eu ficava me banhando enquanto minha mãe lavava as roupas. Muitas vezes entrei nele sem ela nem imaginar. Várias vezes fugia da minha irmã mais velha e me escondia atrás das árvores. Um das lembranças mais significativas pra mim, nesse lugar, foi o convívio com meu avô paterno. Sua fazenda era próxima, e nós sempre que meus pais podiam, íamos passear na sua casa. Meu avô era um homem rude, caboclo, teve uma vida muito difícil, desde menino fazia tropeadas. Sua mãe o abandonou quando tinha 7 sete anos e, a partir daí, começou suas andanças no lombo de mulas. Mas, esse homem rude era também uma pessoa muito querida, principalmente das pessoas que moravam no sítio. Ele tinha um coração enorme, sempre preocupado em ajudar os outros. Não lembro de ter me pego no colo, mas que eu adorava brincar nas suas pernas. Lembro também que ele dizia "pois este bichinho deve gostar de mim, vive se enrolando nas minhas pernas". Ensinou-me muitas coisas, no curto espaço de tempo que pude conviver com ele, pois faleceu quando eu completei 3 anos.

No ano de 1972, fomos viver na localidade de São Jorge, na Coxilha Rica. Morei lá até os meus seis anos de idade, depois tive que ir morar com minha tia na cidade, para estudar. Nessa época éramos 3 filhas, hoje somos seis. A Coxilha pra mim foi e é um lugar especial, a vida no campo é maravilhosa, principalmente passar

a infância no campo, o contato com os animais, com a liberdade de ter o espaço que quiser para brincar, correr, pular, subir em árvores, aliás, esta era minha brincadeira preferida. Desde muito pequena, gostava dos livros. Meu pai, na época, adquiriu de um mascate que passava de vez em quando por lá uma coleção de enciclopédias. Minhas irmãs e eu achávamos tudo aquilo maravilhoso. Sempre que podia pegava uma e levava pra cima da árvore pra ler.

Minha mãe, era uma mulher batalhadora, carinhosa, sempre feliz, mas no fundo muito preocupada conosco. Quando atingimos a idade de estudar, várias vezes ouvi ela dizer para meu pai que estudar era muito importante pra nós, nem que para isso tivéssemos que morar com os parentes na cidade. E foi o que aconteceu. Mulher sempre muito ocupada com os afazeres da casa, tinha que cozinhar quase sempre para muitas pessoas, pois meu pai possuía diversos empregados, principalmente quando era época de plantio de milho. Era ela que cozinhava para todos. As crianças, muito arteiras, como ela mesmo dizia, davam um trabalho danado, mas depois de alguns puxões de orelha ela sempre nos acariciava e tudo bem. Lembro que eu era muita travessa, adorava correr em cima das taipas, subir em árvores, entre outras travessuras que não recordo. Meu pai, sempre muito ocupado com as atividades da fazenda, tinha pouco tempo para os filhos, mas à noite, quando não estava muito cansado, no verão, ficava na janela nos observando. Nós brincávamos com os vagalumes, de esconde- esconde e ele dizia onde devíamos nos esconder. Nos finais de semana, no verão, ele gostava de brincar de jogar água em nós. Era uma festa só.

Aos seis anos, fui então viver na cidade, na casa de minha tia chamada Quininha, irmã de papai. Minha irmã mais velha estava morando com minha vó, não havia espaço na casa da vó pra eu ir pra lá também. Estudávamos no Colégio Santa Rosa de Lima, um colégio particular, administrado pelas freiras da congregação das Irmãs da Divina Providência, segundo meu pai o colégio certo para meninas estudarem. Sofri muito com a saudade de tudo que havia deixado no sítio. Ficar dentro de uma sala de aula por 4 horas, pra mim foi o caos. Imagina: no sítio eu tinha todo o espaço que quisesse, agora tinha que ficar dentro de uma sala, uma tarde toda e ainda sentada... Foi um problema. O calçado nos pés, outra dificuldade, ter horário pra tudo. Na minha cabeça isso não existia, no sítio havia horário pra almoçar, jantar , dormir, mas do restante, nada tinha horário. A falta do convívio com os animais também foi marcante. Lembro que diversas vezes chorei de saudades.

Foi difícil a adaptação, até que meus pais perceberam isso e minha mãe veio morar na cidade conosco. O pai ficava a maior parte do tempo no sítio, nos visitava de 20 em 20 dias, mas nas férias íamos todos para a fazenda. Era uma festa só, papai possuía uma “rural”, íamos fazendo a maior algazarra pelo caminho.

Quando terminei o ensino fundamental, queria trocar de escola, pois queria fazer vestibular para Medicina, e no Santa Rosa só havia preparatório para o magistério. Meu pai não deixou, alegando que filha dele não podia ir estudar fora. Enfim, embora eu tivesse resistido muito, acabei aceitando e fiz o curso de formação para o magistério. Gostei do curso, me identifiquei com a escola e com as crianças. Ao terminá-lo, fui convidada a dar aulas no próprio Colégio, para crianças da Educação Infantil. Trabalhei lá de 1987 a 1999.

Em 1988, iniciei o curso de Pedagogia na UNIPLAC-Lages. Em 1991, casei-me. Em 1995, tivemos a primeira filha, Gabriela, linda e muito sapeca. Em 1999, fiz uma especialização em Psicopedagogia, também na UNIPLAC. Nesse ano, fui convidada pela então Reitora, Prof. Nara M. Kuhn Göcks, para trabalhar em meio período no Setor de Educação Profissional da Universidade, que desenvolvia projetos em parceria com a Secretaria da Família do Estado de Santa Catarina e com o SINE. Foi uma experiência muito interessante, conheci diversos municípios, pessoas, aprendi muito com tudo isso. As atividades foram aumentando e eu tive que optar por ficar no colégio ou seguir na Universidade. Foi então que deixei o Santa Rosa. Em 2001, tivemos a segunda filha, Mariana, linda e muito amada. Trabalhei no Setor de Educação Profissional até início do ano de 2003, após fui trabalhar na Pró-reitoria de Pesquisa, Extensão e Pós-graduação, mais especificamente na Extensão. Encantei-me com o trabalho, colaborei em diversos projetos e em muitas atividades na Universidade. Descobri o quanto é maravilhoso e apaixonante trabalhar com Pesquisa e, principalmente, com a Extensão. Essas atividades contribuíram significativamente para o meu crescimento pessoal e profissional, ampliando meus conhecimentos. Pertenci a um grupo coeso, voltado para o trabalho e para as atividades que visavam atender à missão da Universidade. Em 2007, houve eleição para nova reitoria da universidade e o grupo que eu apoiava não conseguiu se eleger. Diante disso, a nova reitoria achou por bem me transferir de setor, e me colocou para trabalhar no Setor de Arquivo da Secretaria Acadêmica. Momentos de reflexão...difíceis... Sou muito agitada e ter que ficar no setor foi muito difícil. Aí surgiu a oportunidade de fazer outro curso de Especialização, curso esse

sobre Educação do Campo, na Universidade Federal de Santa Catarina. Lembrei de minha infância e de tudo o que me ligava ao campo. Fiz a inscrição, prestei prova e passei. Todo o mês tinha uma semana de aula em Florianópolis. O grupo de colegas da especialização era maravilhoso, havia pessoas de todos os estados brasileiros, os professores eram excelentes, fizemos diversas aulas práticas, visitas *in loco*. Percebi no decorrer do curso o quanto estava me identificando com a temática, resgatei várias memórias da vida no campo, bem como, despertei para as questões que atualmente defendo. Estudar as questões que envolvem o campo, me fez lembrar de várias indagações a respeito do que eu fazia e não encontrava respostas. Estas perguntas me acompanham até hoje. Sei que as respostas não são fáceis, e quanto mais me perguntava, mais eu tinha dúvidas. Já não era mais somente a escola que me incomodava, eram as questões ambientais, as hidroelétricas, as PCHs, a mulher, as crianças, o fazendeiro, o peão. Essas questões vieram à tona em meus estudos, e percebi o quanto a sociedade precisa prestar mais atenção em seu entorno, nas coisas que acontecem e às quais não damos a devida importância. Percebi quantas famílias produzem toneladas de alimentos, mas em suas miseráveis casas não há o que comer; que crianças trabalham de sol a sol pra conseguirem comprar comida. O curso pra mim, foi um divisor de águas, comecei, a partir daí, a me dedicar um pouco mais à comunidade da Coxilha Rica e às questões que envolvem o campo. Nesse período, algumas mudanças aconteceram no meu trabalho. Fui transferida par o Setor de Atendimento ao Estudante – SAE, um local adorável para trabalhar. Voltei a ter contato com os estudantes, com a comunidade, isso era muito bom pra mim. As coisas na Universidade não andavam bem, os salários estavam atrasados, a reitoria estava perdendo o controle da gestão da universidade. Foi então que, em outubro de 2008, foi feita a intervenção na Fundação UNIPLAC, solicitada pelo Poder Público Municipal. Passei então a trabalhar no Setor de Patrimônio e Manutenção, como gerente. Iniciei o Mestrado em Educação, na UNIPLAC. Em 2009, fui convidada a assumir a Diretoria Administrativa da Fundação UNIPLAC, mantenedora da Universidade, e, atualmente, respondo interinamente pela Diretoria Executiva da Fundação. Nesse período, acabei enfrentando situações difíceis em minha vida pessoal. Primeiro minha mãe apresentou um tumor maligno no intestino, fez cirurgia, passou por quimioterapia, enfim estava vencendo a doença, quando teve que se submeter a outra cirurgia, mais simples, de uma hérnia no abdômen. No

procedimento tudo certo, mas após teve embolia pulmonar e não resistiu. Sinto muito sua falta, mas sei que onde quer que esteja, torce muito por mim. Outra situação foi com meu marido. No início do ano de 2010, fez uma endoscopia e também apareceu um tumor no estômago. Teve que fazer uma cirurgia, de que restou somente 20% do estômago, mas o tumor estava em fase inicial, encapsulado, como os médicos dizem, e deu tudo certo, hoje está tudo bem, fazendo somente os acompanhamentos necessários. Enfim, a vida é cheia de surpresas, umas difíceis, outras nem tanto, mas que sempre nos surpreendem quando surgem.

Minha dissertação de mestrado apresenta-se como uma síntese de múltiplos desafios.

2. Caminhos e projetos nas formas de ocupação do território

A relação entre escolas e grandes empreendimentos é o foco deste estudo de caso, que procura delinear algumas das implicações com a construção da UHE Barra Grande e os efeitos na escola e entre a população atingida. Para o estudo é necessária uma compreensão da história de ocupação do território. O foco de estudo é a área de abrangência da UHE, com ênfase no Município de Anita Garibaldi, local onde situam-se a barragem, a sede da empresa e outras empresas diretamente vinculadas à usina, um dos municípios com maior percentual de área alagada, em torno de 17,35 km². Os vínculos do município nos remetem à forma de ocupação da Serra Catarinense e neste capítulo faremos uma contextualização do território.

2.1 Delineando o Território

A comercialização de animais do sul do país para São Paulo, com destino final Minas Gerais, deu início à ocupação do território da Serra Catarinense, marcou a economia durante o século XVIII até meados do século XX. No processo, foram se abrindo os caminhos que conduziram as tropas do sul em direção a São Paulo, de onde eram distribuídas para as regiões mineradoras. Tais caminhos contribuíram

para a efetiva ocupação do território para a Coroa Portuguesa.

Em 1730, o sargento-mor Souza Farias realizou a primeira viagem para o Sul. Mais tarde, em 1733, Cristóvão Pereira de Abreu, para aperfeiçoar e encurtar o caminho, estabeleceu uma nova rota, ligando Viamão, na Capitania de São Pedro, à Feira de Sorocaba, na Capitania de São Paulo. Durante um longo período, o movimento de tropas de mulas do Sul para o Centro do país foi intenso. Muitos foram os caminhos que cruzaram o Planalto Catarinense, abertos por índios, tropeiros, viajantes e mercadores, que, nas suas idas e vindas sedimentaram sonhos, esperanças e vivências. Por meio desses caminhos interligaram-se territórios, transportaram-se riquezas, transitaram pessoas que construíram o país. Ao longo desses caminhos foram se formando vilas, fazendas e pontos de apoio à economia agropecuária.

Durante as longas viagens, os tropeiros contavam muitas histórias, causos, que contribuíam para diminuir a distância a ser percorrida e, assim, matava-se a saudade das paragens e ao longo das paradas, como pontos de apoio, foram constituindo vilas. O transporte de animais cruzava os campos de Lages e, com isso, compôs a história deste território, pois, antes mesmo de Lages ser considerada uma vila, já era pouso de tropeiros. Constituíam-se em território de fronteira, divisa militar, política e econômica, entre as capitanias de São Pedro e de São Paulo. No final do século XVIII, o Real Caminho de Viamão tornou-se o principal eixo de ligação entre o Sul e o Centro do Brasil, passando a ser fundamental no desenvolvimento sócio-econômico do Sul do país. No trajeto, ainda é possível ver as marcas do período, nos corredores de taipas, nas fazendas e nos traços da cultura local. Do caminho, aproximadamente 80 km situam-se na localidade de Coxilha Rica, município de Lages - SC. Embora, oficialmente, as referências ao início da ocupação da Serra Catarinense estejam ligadas à chegada do seu fundador, Antônio Correia Pinto de Macedo, em 1766, há registro de ocupação anterior. Sabe-se e está registrado que o capitão-mor já possuía as fazendas Guarda-Mor e Cruz de Malta, na região hoje conhecida como Coxilha Rica, no município de Lages (COSTA, 1982, p. 730).

As terras em abundância e o gado disponível no território serviram de atrativo para que inúmeras pessoas viessem a se instalar aqui. Eram, em sua maioria, descendentes de portugueses, oriundos de São Paulo, acompanhados de suas famílias e escravos. Nas fazendas, desenvolviam atividades ligadas à pecuária, que ainda hoje representa uma das principais atividades econômicas do território rural da

Serra Catarinense.

A formação de uma vila, no período, constituía-se, então, em espaço estratégico para a demarcação das fronteiras. Além da vila, alguns pontos de controle também eram organizados, entre eles o Passo de Santa Vitória, no rio Pelotas, com benfeitorias na margem pertencente aos Campos das Lagens, possibilitando, a guarda da fronteira e o recolhimento de impostos para São Paulo. Observa-se a ocupação e formação das vilas nas proximidades dos cursos de água, o que permitia ou garantia o suprimento necessário para os seres humanos e suas atividades.

A necessidade de ocupação do Planalto Catarinense oficializou a instalação da presença portuguesa e paulista nessas terras, transformando o Caminho de Viamão no principal eixo econômico, fazendo surgir vários povoados (Vacaria, Bom Jesus, no Rio Grande do Sul; Lages, Curitibanos, Mafra, em Santa Catarina; Castro, no Paraná, entre outros) que deram sustentação à atividade tropeira, garantindo local de pastagem, criatório, mantimentos, hospedagem.

A Vila de Nossa Senhora dos Prazeres das Lagens constituiu-se no maior município catarinense em extensão territorial. Somente no final do século XIX iniciou-se o processo de desmembramento do território em municípios. Em 1869, surgiu Curitibanos, em 1886, São Joaquim. Outros serão desmembrados somente no século XX, entre eles Anita Garibaldi, que emancipou-se em 1961. Outros surgiram ainda mais tarde, conformando, do ponto de vista geopolítico, a formatação com que hoje se apresenta o território da Serra Catarinense

A região está organizada administrativamente através da Associação dos Municípios da Região Serrana – AMURES, desde 1968. É composta por 18 municípios: Anita Garibaldi, Bocaina do Sul, Bom Jardim da Serra, Bom Retiro, Capão Alto, Campo Belo do Sul, Cerro Negro, Correia Pinto, Lages, Otacílio Costa, Paineira, Palmeira, Ponte Alta, Rio Rufino, São Joaquim, São José do Cerrito, Urubici e Urupema (Quadro 1), sendo Lages o município-pólo da região. Lages está localizada na Serra Catarinense, a uma altitude de 900m, distante 224 km da capital – Florianópolis. Ocupa 7% do território de Santa Catarina, com área de 2.664,313 km². Tem uma população de 156.727 habitantes, 1,8% residentes na área rural e 98,2% na área urbana (IBGE, 2010).

Quadro 1: Relação de Municípios que compõem a Serra Catarinense, população e IDH

Municípios	Ano de emancipação	População 2010	IDH 2000
Anita Garibaldi	1961	8.623	0,750
Bocaina do Sul	1994	3.290	0,716
Bom Jardim da Serra	1967	4.395	0,758
Bom Retiro	1922	8.942	0,732
Campo Belo do Sul	1961	7.483	0,694
Capão Alto	1994	2.753	0,725
Cerro Negro	1991	3.581	0,686
Correia Pinto	1981	14.785,0	0,772
Lages	1771	156. 727	0,813
Otacílio Costa	1982	16.337	0,804
Painel	1994	2.353	0,753
Palmeira	1995	2.373	0,755
Ponte Alta	1961	4.894	0,727
Rio Rufino	1991	2.436	0,736
São Joaquim	1886	24. 812	0,766
São José do Cerrito	1961	9.273	0,731
Urubici	1956	10. 699	0,785
Urupema	1988	2.482	0,784

Fontes: ano de emancipação: AMURES. População: IBGE censo 2010. IDH: PNUD - Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil 2004.

A forma de ocupação do espaço e de organização das atividades produtivas impôs uma dinâmica distinta à vida das pessoas. Os territórios foram sendo aos poucos construídos e reconstruídos, buscando sempre a interação entre os sistemas socioculturais, educacionais e ambientais. Independentemente da divisão político-administrativa dos municípios, eles apresentam a configuração de um território, formado por uma história comum, articulados por práticas, formação econômica e cultural semelhantes. Um pouco desse processo iremos detalhar na sequência.

2.1.1 Território dos Campos, da Pecuária e das Fazendas

A grande quantidade de terras encontradas no processo de ocupação do sul do Brasil eram consideradas devolutas, desconsiderando-se o direito à terra das populações ancestrais e anteriores à ocupação de Portugal. Ao longo do período, essas terras foram sendo ocupadas por pessoas ligadas à Coroa portuguesa, que haviam solicitado ao governo imperial a doação de sesmarias. A propriedade oficial das terras no Brasil, dos séculos XV ao XVIII, pertencia à Coroa, que, através de concessões, transferia a responsabilidade e posse a indivíduos que as requeressem. Conforme Marés, “as concessões continuaram ... e nos séculos XVII e XVIII acabaram por constituir-se em fonte de criação de latifúndios.” (2003, p. 62). Portanto, *alguns grupos* que se instalaram na região durante todo o século XVIII se beneficiaram da doação de sesmarias, que, ainda segundo Marés, caracterizava-se como:

Instrumento de conquista interna, servindo de consolidação do poder do latifúndio, porque as concessões passaram a ser uma distribuição da elite para si mesma, como exercício do poder e sua manutenção (2003; 62).

O regime de sesmaria foi praticado até 1822, quando uma Resolução do Príncipe Regente proibiu a prática no Brasil. Porém, as terras concedidas antes desta data foram reconhecidas como propriedade privada. Entre 1822 e 1850, quando se instituiu a Lei Imperial de Terras nº 601, o “regime de posse” ou de simples “ocupação”, sem direito legal, acabou por garantir a legitimação de posses anteriores, desde que cumpridas as exigências de produção e os prazos estabelecidos para a solicitação de medição. A partir do século XIX, intensificou-se a vinda de pessoas para Lages, e, todo o requerimento de terras devolutas passou a ser encaminhado à Província de Santa Catarina. Ao lado desse movimento ocupacional que permitiu a formação de grandes propriedades, outros grupos também de fizeram presentes, ocupando áreas periféricas às grandes propriedades, constituindo a população “cabocla” na região (LOCKS,1998).

Diante da possibilidade, várias pessoas que possuíam terras na região solicitaram junto à Província de Santa Catarina o título de proprietárias.

Um segundo movimento de ocupação se deu através de políticas de

colonização. No final do século XIX, as políticas governamentais de ocupação do Planalto Catarinense passaram a incentivar a formação de colônias de imigrantes. Estas medidas representavam a necessidade de ocupação do Planalto Catarinense e, ainda, faziam parte do processo colonizador do Governo, de branqueamento da raça, discurso em voga no Brasil desde meados do século XIX. Para Varela (2006), o governo entendia que o progresso material só se realizaria na medida em que houvesse um branqueamento da população, sendo necessário, para tanto, possibilitar a vinda de imigrantes europeus, considerados por estes idealizadores portadores de “índole laboriosa”, o que, segundo os governantes da época, permitiria o progresso e o desenvolvimento do país.

É nesse contexto que se encontram os primeiros registros da ocupação das terras, do que depois foi constituir o município de Anita Garibaldi. Por volta de 1800, surgem os primeiros povoados: Freguesia dos Domingos, Cachoeirinha, Santo Antônio e Sant’Ana, entre outros, no mesmo processo de ocupação do Planalto Catarinense. Inclusive o território que hoje configura o município pertencia ao município de Lages, tendo se desmembrado somente em 1961. Está localizado no Planalto Serrano de Santa Catarina, limitando-se ao norte com Campos Novos e Abdon Batista em Santa Catarina; ao sul, com Pinhal da Serra – RS; ao leste, com Cerro Negro e a oeste com Celso Ramos, ambos em SC. Possui uma extensão territorial de 588,614 km² com uma população de 8.623 habitantes, sendo que desses, 4.072 vivem na área rural e 4.551 na área urbana do município. Sua densidade demográfica é de 14,64 hab/km² e sua altitude de 911 metros acima do nível do mar.

Em 1900, começam a chegar os primeiros imigrantes italianos, em busca de terras agricultáveis. Os levantamentos históricos sobre o processo de ocupação de Anita Garibaldi remetem ao caminho das tropas, como local de pouso e passagem, mas também, a um processo de colonização, como descrito no Relatório do Governo Municipal de Lages em 1902:

“vai tendo rapido incremento a colonia Annita Garibaldi, fundada pelos cidadãos José Maria Antunes Ramos e Rodolpho Sabatini, em terrenos de propriedade do primeiro, no districto de Campo Bello. A sede da colonia, que conta actualmente umas doze habitações regulares, possui uma tafona perfeitamente montada, um engenho de

serra, duas casas de negocio, uma ferraria e uma sapataria. Sobe a 22 o numero de familias localizadas nos respectivos lotes (*sic*).

O mesmo relatório cita também a existência de uma escola, sendo, nesse ano, uma das 3 escolas municipais em funcionamento.

Há ainda outra versão do processo de formação da vila que remete a outros movimentos de colonização, oficializados pelo atual município:

No ano de 1900, chegaram famílias italianas que desbravaram as matas para o desenvolvimento da agricultura, dentre elas destacaram-se as famílias de Paulino Granzotto e seus irmãos Ângelo e José, Benevenuto Menegazzo, Eduardo Salmória, Luiz Gracietti, João Pacheco de Andrade, Bernadino Ribeiro, Franscisco José Ribeiro e Joaquim Fermino Varela. Com a força de vontade destes, surgiram as primeiras iniciativas para o desenvolvimento da lavoura e a criação de gado, como conseqüência surgiu o primeiro estabelecimento comercial de Paulino Granzoto em 1905, foi também construída a primeira escola. Na primeira escola foram os primeiros professores: Bradamante Salmoria depois João Bento da Silva e mais tarde Alzemiro Souza. Poucos anos depois no ano de 1912, em homenagem ao Governador do Estado, Hercílio Luz, os colonizadores que no local viviam deram o nome de Colônia Hercílio Luz. (ANITA GARIBALDI, 2011).

Em ambos os registros, a formação da vila acompanha o processo de colonização do território, sendo que não existem registros oficiais de ocupação anterior dessas terras, algo comum nas historiografias locais, que desconsideram a existência de grupos indígenas e caboclos. Consta no Relatório Impacto Meio Ambiente (RIMA) da UHE Barra Grande somente uma citação sobre a presença de indígenas no território, como segue:

Como em diversas áreas do nosso território, essa região era habitada por índios Xokleng, Kaingang e Guaiana, que tiveram os primeiros contatos com o homem branco através das Entradas e das Bandeiras, no século XVII. Os bandeirantes, que vieram principalmente

de São Paulo, iniciaram o reconhecimento do território, que só mais tarde passou a receber um contingente mais numeroso de pessoas, já no século XVIII (ENGEVIX,1999;16).

A presença das comunidades indígenas na área estudada, assim como em diversos documentos, passa quase que imperceptível aos olhos da sociedade, desconsiderando sua importância e sua história para um melhor entendimento da formação da região serrana. Com a chegada dos imigrantes estrangeiros, no século XIX, na sua maioria alemães e italianos, os indígenas acabaram sendo excluídos do território. Uma questão levantada também no RIMA, talvez para justificar a desapropriação de terras, foi a construção da ferrovia ligando o Rio Grande do Sul a São Paulo em 1910, conforme relato abaixo:

Outro impulso para região foi, sem dúvida, a implantação da ferrovia ligando Rio Grande Sul a São Paulo, em 1910, que teve como contrapartida a desapropriação de terras equivalentes a 15 km de cada lado ao longo do seu trajeto. Isto resultou na saída dos trabalhadores rurais de suas terras (ou posses), alimentando, por essa via, o movimento de revolta denominado Contestado (1912-1916) (BAESA, 1999; 16).

No território da Serra Catarinense, a pecuária, principal fonte da economia, cresceu, transformando-se na base econômica. A pecuária extensiva predomina na economia regional até o início do Ciclo da Madeira, na década de 1930. Vale salientar que, mesmo nesse período do ciclo da madeira, o crescimento e fortalecimento da atividade pecuária firmam-se também porque a comercialização do gado não se restringiu mais ao centro do país, mas transpôs a Serra Geral e intensificou-se em direção ao litoral de Santa Catarina. A criação de gado foi favorecida na Serra, não só pela extensão territorial, pelos imensos campos, mas também pela excelente qualidade do campo nativo.

Ao longo do tempo, as grandes fazendas foram diminuindo de tamanho, entre outras razões, pela partilha de bens, mudanças de atividade profissional dos herdeiros ou mesmo por crises e investimentos em outras áreas. Mas a atividade pecuária persistiu e em 90% das fazendas é desenvolvida tradicionalmente, de forma extensiva, tornando, nos dias atuais, difícil a manutenção de uma família

somente nesta atividade. A criação extensiva de gado, nesses campos, não permite mais que 0,4 cabeça por hectare, o que torna a atividade inviável para os que possuem pouca quantidade de terras. Com o declínio da atividade, buscaram-se novas alternativas de renda, o charque e a venda do couro foram uma das alternativas encontradas, mas foi na exploração das florestas de araucária que a economia voltou a crescer.

2.1.2 Territórios da Madeira e das Águas

A Serra Catarinense possuía, no início do século XX, uma vasta floresta nativa, a mata das araucárias, formada quase toda por pinheiros denominados *Araucária angustifolia*, madeira de excelente qualidade, o que logo despertou um crescente interesse pela sua extração e trouxe para a Serra um expressivo número de pessoas e empreendimentos vinculados à extração, beneficiamento e transporte da madeira. É um período de grande crescimento populacional na região. Entre os grupos que se deslocaram para a região, especialmente vindos do Rio Grande do Sul, estão descendentes de italianos, vinculados à economia extrativista da madeira. Instalou-se um grande número de serrarias e nas suas proximidades são criadas vilas para abrigar os trabalhadores. No movimento migratório, destacam-se os migrantes de outras regiões que vêm em busca de empregos, e também uma migração interna, de pessoas que trabalhavam nas fazendas como peões e agregados, que veem uma possibilidade de melhorar suas condições de vida pelo trabalho assalariado, transformando-se em operários de serrarias.

Durante quase três décadas, esta se tornou a principal atividade econômica da Serra, o que, sobremaneira, sem um manejo adequado, contribuiu para, praticamente a extinção das florestas de araucária. A nova atividade constituiu-se numa importante geradora de recursos, sendo os lucros apropriados por alguns grupos, entre eles os donos das serrarias, das empresas transportadoras e os fazendeiros. Muitos proprietários de terra referiam-se à exploração madeireira como a salvação da fazenda, pois enfrentavam dificuldades com a baixa do preço do gado.

Além das novas receitas auferidas pelos fazendeiros com a venda de seus pinhais, a extração e as serrarias que transformavam parte das toras em madeira

serrada geraram muitos empregos. A extração, aliada à comercialização, boa parte destinada a exportação, fizeram com que a arrecadação de impostos em Lages se tornasse a principal do Estado, levando a cidade a um período de desenvolvimento econômico, com um crescimento significativo da população urbana .

A economia do município sofreu intensas transformações. Novas relações sociais foram construídas, grupos de pessoas enriqueceram, ficando isto visível na estrutura urbana de Lages e das sedes distritais, onde são construídas casas, prédios, cinemas, teatros e praças, as ruas são calçadas e a cidade passa a ter outra roupagem. Após o auge das serrarias, quando muitas fecharam devido à escassez da araucária, muitos trabalhadores vieram morar na cidade, em busca de trabalho. Nesse período, a cidade viveu um considerável aumento de população (Tabela 1), concentrada nas periferias, ocasionando um redimensionamento do território.

Tabela 1: Demonstrativo do crescimento da população urbana de Lages - 1940 a 2010

Ano	Rural	%	Urbana	%	Total
1940	18.768	69%	08.558	31%	27.326
1950	27.743	72%	15.855	28%	38.598
1970	28.407	25%	83.577	75%	111.984
1980	24.405	18%	110.283	82%	134.688
1991	12.655	8%	138.445	92%	151.100
2000	4.086	3%	157.682	97%	156.406
2010	2.790	1,8%	156.727	98,2%	156.727

Fonte: IBGE. Tabela elaborada com os censos do IBGE para as respectivas décadas.

Os dados comprovam o que foi relatado anteriormente, desde a ocupação do território da Serra Catarinense. O período da década de 1940 até meados da década de 1970 foi de grande riqueza para a região, com a extração da madeira. Nesse tempo, a concentração de pessoas no campo era superior à da cidade. Aqui se iniciam os processos de emancipação dos municípios de Anita Garibaldi (1961) Bom Jardim da Serra (1967), Campo Belo do Sul (1961) e Ponte Alta (1961). Após esse período, o campo foi se esvaziando gradativamente, as alternativas de sobrevivência foram diminuindo e os incentivos públicos ficaram cada vez mais escassos. Para

Munarim (1998; 4), esta fase caracteriza-se pela “passagem de um ciclo que se esgotara – a extração do pinheiro nativo – para um ciclo que ainda não se iniciara”. Em decorrência, para muitos trabalhadores das serrarias, permanecer no campo se tornou inviável. A solução encontrada foi deslocar-se para a cidade em busca de emprego, na tentativa de dar melhores condições de vida para as famílias. Mas o que se percebe é que muitos dos que vieram em busca de novas oportunidades na cidade, não a encontraram e, atualmente, se somam ao grande contingente de pessoas que vivem nas áreas periféricas das cidades, passando fome, sem emprego e sem perspectiva de vida.

No final da década de 1970, com a instalação das indústrias papelarias, uma nova atividade se desenvolveu de forma expressiva, a cultura do *pinus*, árvore de origem canadense que se adaptou muito bem às condições de solo e clima da Serra. No município de Lages, desde a década de 1980, a cultura de *pinus* ocupou áreas antes destinadas à pecuária. O florestamento passou a representar uma nova alternativa econômica. Atualmente a atividade pecuária ainda representa uma atividade econômica significativa para a Serra Catarinense, mas pode-se observar que o florestamento de *pinus* e algumas monoculturas estão se tornando expressivos.

Aliado a isso, desde a década de 1970, uma série de informações sobre a construção de hidroelétricas na Bacia do Rio Uruguai, começou a ser de domínio público, sem confirmação oficial. Em 1979, iniciaram-se os estudos de viabilidade, em que os resultados foram favoráveis. Somente na Serra Catarinense, na bacia dos Rios Pelotas e Canoas foram programados em torno de 15 empreendimentos hidroelétricos, como podemos observar no quadro abaixo.

Quadro 2: Empreendimentos hidroelétricos na bacia dos rios Pelotas e Canoas

Nome	Rio	Potência MW	Empreendedor	Tipo
Antoninha	Lavatudo	13,0	ETS - Energia, Transporte e Saneamento S/C Ltda.	PCH
Coxilha rica	Pelotinhas	18,0	RTK Consultoria Ltda	PCH
Gamba	Lavatudo	10,8	ETS Energia, Transporte e Saneamento S/C Ltda.	PCH
Itararé	Caveiras	9,00	Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	PCH
João Borges	Caveiras	19,0	Eletrosul Centrais Elétricas S.A	PCH
Malacara	Lavatudo	9,20	ETS - Energia, Transporte e Saneamento	PCH

			S/C Ltda.	
Pinheiro	Caveiras	10,00	Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	PCH
Santo Cristo	Pelotinhas	19,50	RTK Consultoria Ltda	PCH
São Mateus	Lavatudo	19,00	ETS - Energia, Transporte e Saneamento S/C Ltda.	PCH
Barra do Pessegueiro	Canoas		Em estudos	UHE
São Roque	Canoas	214	Em estudos	UHE
Garibaldi	Canoas	150	Em estudos	UHE
Campos Novos	Canoas	880	Empresa Campos Novos S.A. cujos principais acionistas são: CPFL Geração (74,72%), COPEL Participações S.A. (16,71%), CEEE (6,5%) e CELESC (2%). Início da operação	UHE
Passo da Cadeia	Pelotas	104	Em inventário	UHE
Paiquerê	Pelotas	292	Grupo Empresarial Paiquerê é composto pelas empresas CPFL Geração de Energia S/A, Alcoa Alumínio S/A, DME Energética Ltda e Votorantim. Em licenciamento.	UHE
Barra Grande	Pelotas	698,25	Baesa – Energética Barra Grande S/A. Barra Grande S.A.(25%), Alcoa Alumínio S.A. (42,18%), DME Energética Ltda. (8,82%), Camargo Corrêa Cimentos S.A.(9%), CBA, do grupo Votorantim (15%). Início operação	UHE

Fontes: Elaborado com informações obtidas nos documentos MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, 2007.

Desses empreendimentos, a UHE Barra Grande e a UHE Campos Novos já estão em funcionamento.

Os grandes empreendimentos hidroelétricos surgiram através dos projetos desenvolvimentistas oriundos do regime militar brasileiro. O direito ao “desenvolvimento”, aliado ao conceito de “progresso”, tem sido utilizado até os dias de hoje, como imprescindível na aprovação dos projetos, tanto pela sociedade em geral, quanto pela comunidade diretamente atingida, como podemos observar em notícias veiculadas por jornal de circulação regional:

De todos os projetos econômicos previstos para ocorrerem na Serra Catarinense nos próximos cinco anos, o setor de geração de energia é o que deve injetar o maior volume de recursos. Estimativas preliminares indicam que o montante deve ultrapassar R\$ 1.7 bilhão, proporcionando a abertura de cerca de cinco mil empregos diretos e pelo

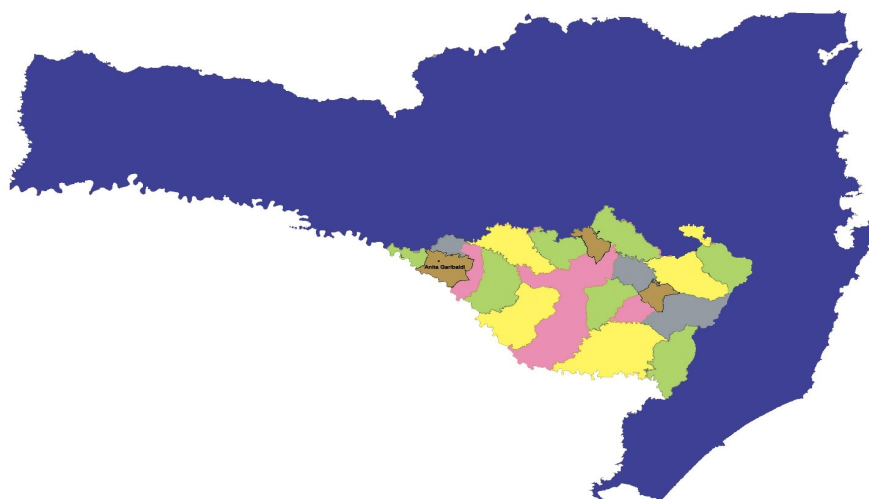
menos o dobro de indiretos.(CORREIO LAGEANO, 1/10/2007).

Na verdade, este é o eco de um discurso ideologicamente propagado. Na Serra Catarinense, as últimas décadas foram de intenso movimento com relação à implantação de UHEs e PCHs, juntamente com o plantio exaustivo do *pinus*. Embora sejam atividades distintas, seus resultados são semelhantes. Ambas afetam diretamente a população local, expropriam as pessoas, interferem nos modos de vida e na cultura.

Como se pode observar neste breve relato histórico, o território onde foi instalada a barragem de Barra Grande enfrentou, no passado, situações semelhantes de desterritorialização e novas territorializações, a pecuária, a colonização, a madeira, o trem e hoje as águas. Significa dizer que em diversos momentos a população foi surpreendida com notícias de que deverá sair de suas terras.

2.2 O Município de Anita Garibaldi

O município de Anita Garibaldi situa-se na região serrana de Santa Catarina, a 315 Km da capital do estado – Florianópolis, conforme apresenta o mapa a seguir.

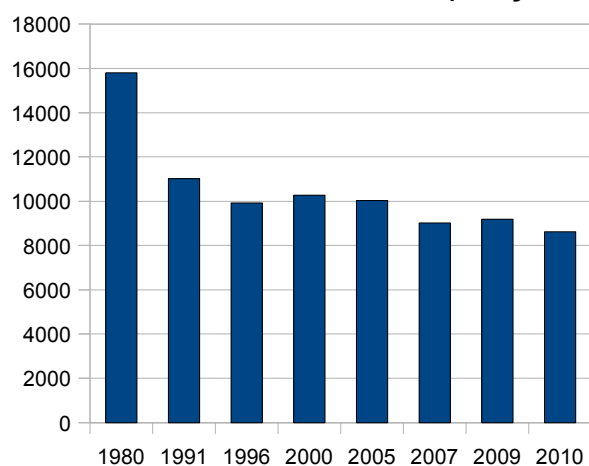


Fonte: Mapa elaborado por Raphael Antunes, para esta pesquisa.

Sobre o município de Anita Garibaldi, existem poucos dados censitários, após a construção da UHE. Assim, procurou-se informações sobre população e economia. Destacam-se para este estudo, alguns dados que formam um quadro geral, no qual o IDH é de 0,750, colocando o município na 254ª posição estadual e a incidência de pobreza no município abrangia 31,53% da população, em 2003 (IBGE, Cidades 2003).

Anita Garibaldi, que emancipou-se politico-administrativamente de Lages em 1961, atualmente, segundo censo populacional de 2010 (IBGE 2010), possui uma população de 8.627 habitantes, sendo 4.555 na sede do município e 4.072 em comunidades rurais. Interessante observar o quadro populacional entre 1980 e 2009.

Gráfico 1 Anita Garibaldi - População 19

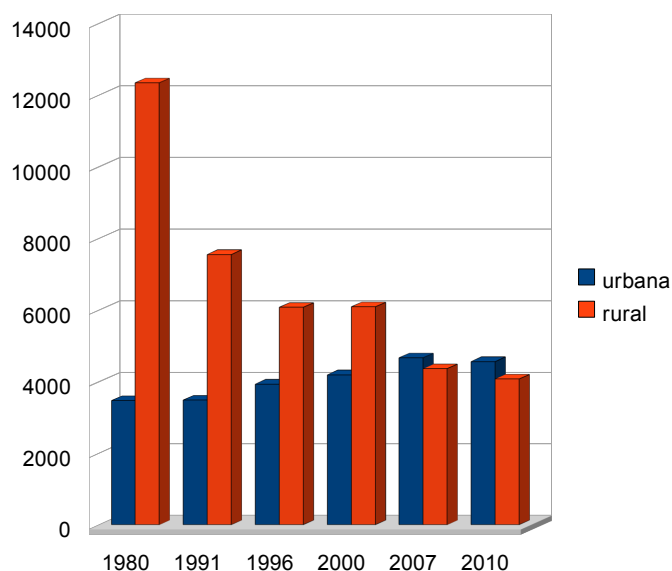


Fonte: Elaborado a partir dos dados SEBRAE SC em números para os anos de 1980 e 2009. IBGE 2010.

Num estudo realizado pelo SEBRAE, sobre os municípios catarinenses, há uma comparação interessante do município com os dados de Santa Catarina. Anita Garibaldi, entre 2000 e 2009, teve um percentual negativo de -1,2%, enquanto que Santa Catarina, no mesmo período, teve um crescimento populacional positivo de 1,5% e o Brasil de 1,3%. E no período avaliado entre 1980 a 2010, um decréscimo populacional de 10,5% (SEBRAE, 2010).

Ainda sobre o aspecto populacional, pode-se observar os dados sobre localização rural e urbano nesse período:

Gráfico 2 – Localização rural e urbana no município de Anita Garibaldi entre 1980 e 2010.

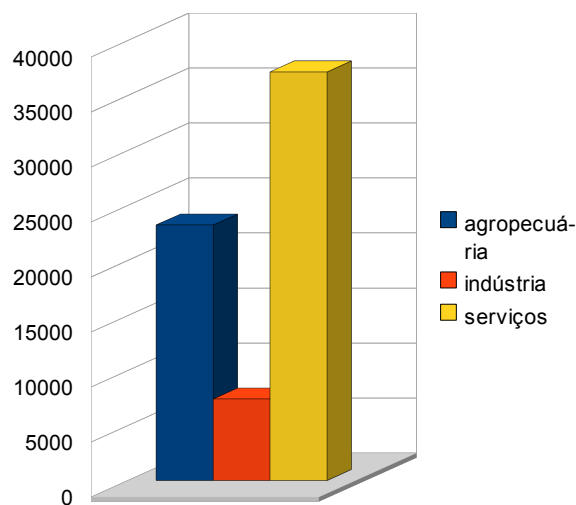


Fonte: Elaborado a partir dos dados SEBRAE SC em números (2010) para os anos de 1980 e 2009. IBGE censo demográfico 2010.

Diversos fatores devem ser levados em consideração sobre o movimento populacional no município. Entre 2000 e 2010, fatores relacionados à construção da UHE influenciaram no decréscimo da população.

Na economia do município, considerando-se o Produto Interno Bruto - PIB, segundo dados do IBGE em 2010, predominam atividades vinculadas ao setor de serviços, seguidas de atividades agropecuárias, como podemos observar no Gráfico 3.

Gráfico 3 – Anita Garibaldi - PIB por percentual de atividade



Fonte: IBGE. Cidades: indicadores municipais 2010

Com relação ao orçamento municipal, observa-se um crescimento entre 2007 e 2010, advindo principalmente de transferências correntes, compostas basicamente por ICMS, Fundo de Participação dos Municípios e FUNDEB/ FUNDEF. Podemos observar na Tabela 2 essa composição:

Tabela 2: Anita Garibaldi – Orçamento municipal 1999 - 2011

Ano	Receita Tributária	Transferências Correntes	Outras Receitas Correntes	Receitas de Capital	Total
1999	137.153,12	2.228.981,82	28.546,94	65.511,75	2.460.193,63
2000	126.088,60	2.560.832,83	80.941,07	25.576,08	2.793.438,58
2001	593.573,85	3.127.389,42	14.705,69	10.160,00	3.745.828,96
2002	974.828,00	3.538.102,92	63.141,59	310.834,00	4.886.906,51
2003	1.522.944,12	5.011.161,60	128.963,53	138.242,00	6.801.311,25
2004	1.216.308,03	4.987.165,46	689.185,00		6.892.658,49
2005	742.649,22	6.271.808,01	442.733,69	332.629,99	7.789.820,91
2006	945.272,84	6.716.355,90	99.107,73	507.482,45	8.268.218,92
2007	622.897,27	9.653.344,33	122.602,81	536.131,49	10.934.975,90
2008	461.336,28	11.220.076,68		1.924.348,26	13.605.761,22
2009	571.701,86	12.233.472,49	162.298,76	2.667.487,60	15.634.960,71
2010	418.758,81	14.017.597,95	103.431,86	1.184.800,70	15.724.589,32
2011	270.871,40	9.213.135,08	57.480,30		9.541.486,78

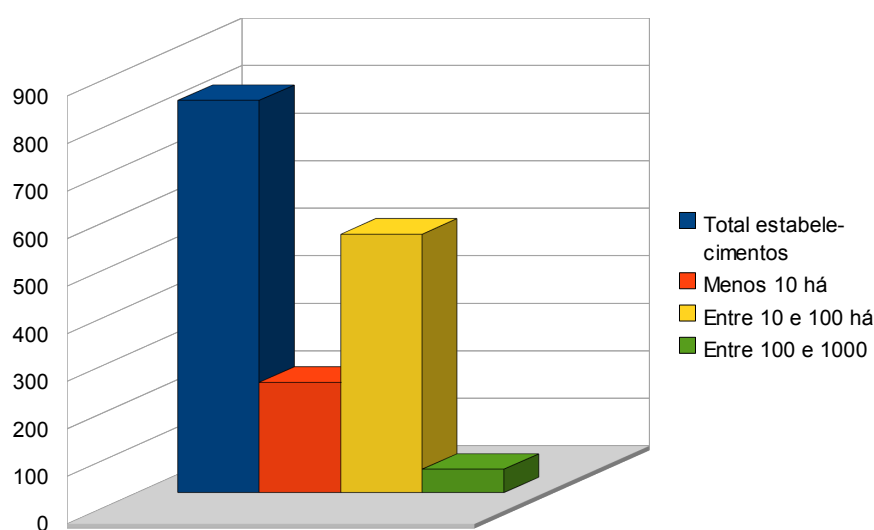
Fonte: Tribunal de Contas do Estado SC – Portal do Cidadão, Município de Anita Garibaldi. (2011)

No ano de 2007, os gastos com educação foram de 36,2% do orçamento municipal, conforme dados do Tribunal de Contas de Santa Catarina (2011), ou seja,

o município aplicou mais do que prevê a legislação federal que é de 25% destinado para educação.

Na agricultura, as atividades predominantes são o cultivo de milho, feijão, fumo, arroz, produção de mel, estruturadas na agricultura familiar, predominante no município em termos de estabelecimentos rurais, como podemos observar nos dados disponíveis no Levantamento Agropecuário Catarinense de 2003 (Gráfico 4). O levantamento foi feito ainda na fase de construção da UHE.

Gráfico 4 – Anita Garibaldi – Estrutura fundiária



Fonte: LAC, 2003.

Atualmente, devido à implantação de empreendimentos hidroelétricos, a região está passando por diversas transformações, que implicam novos olhares para os dados municipais, principalmente na economia, na educação e no desenvolvimento local. As transformações ocorridas também passam a ser tanto físicas como simbólicas, no território atingido, tais como: as desapropriações, a divisão de grupos sociais, bem como a inserção de novos grupos como o dos trabalhadores das empreiteiras de empresas prestadoras de serviços na obra.

Além dessas transformações, é preciso considerar as transformações ocorridas a partir do deslocamento das populações, muitas delas separadas pela condição imposta pelo empreendedor, e que, em seus novos lugares, muitas vezes não têm as mesmas condições do seu lugar de origem. A literatura demonstra que, se não houver por parte das comunidades dos reassentamentos, uma grande

mobilização em prol dos seus direitos, o empreendedor acaba deixando-os à mercê de situações inesperadas, como por exemplo, o acesso às propriedades, a falta de escolas, dificuldades no atendimento básico à saúde, espaços de lazer, entre outros. É em tais momentos de intensa transformação que a reflexão sobre as escolas torna-se ponto importante. Nos registros encontrados sobre o processo de negociação na construção de reassentamentos rurais, observa-se que a escola é uma das grandes ausências.

Nesse sentido, as reflexões de Canário, ao referir-se às escolas do campo, destacam quatro eixos importantes, que nos fazem pensar na ausência de escolas nos processos. Segundo Canário:

A primeira idéia é a de que o futuro das pequenas escolas situadas em contexto rural não constitui um problema interno ao sistema escolar, inscrevendo-se, pelo contrário, numa questão bem mais vasta que diz respeito ao futuro do mundo rural, e, portanto, à configuração global da nossa sociedade; A segunda idéia consiste em deslocar a questão da escola em meio rural de um contexto técnico para um contexto político, contribuindo para relocar a questão da escola e da educação no terreno dos fins e não dos meios. A terceira idéia corresponde a encarar o mundo rural como um terreno de resistência à “civilização do mercado”, podendo funcionar como um analisador dos mecanismos de alienação do trabalho escolar e das condições da sua eventual superação. A quarta idéia corresponde a equacionar o contexto rural como um terreno potencialmente fecundo para a emergência de práticas educativas que ajudem a repensar criticamente a forma escolar. Deste ponto de vista, a escola em meio rural aparece não como algo obsoleto, mas sim como algo que pode ser “ portador de futuro” (2000; 123/124).

Neste contexto, a escola é colocada como um espaço também de articulação da comunidade, e pensar na escola vai além do espaço físico que ela ocupa, implica em pensar o futuro das comunidades. Nesta dissertação o destaque é para as comunidades que foram atingidas pelos empreendimentos hidroelétricos, ou seja, a escola passa a ser também um espaço de (re)significação das práticas sociais da

comunidade. Mas, porque ela não se faz presente nas negociações? Será que não há necessidade de escolas para os reassentamentos rurais? Tais questões têm vindo à tona com o Movimento Nacional de Educação do Campo, fruto da articulação de diversos movimentos sociais, entre eles, do Movimento de Atingidos por Barragens. No próximo capítulo, vamos buscar aportes na reflexão sobre Educação do Campo, para delinear o estudo sobre Barragens, Comunidades e Escolas do Campo.

3.Educação e Desenvolvimento: aportes para os estudos de UHE e escolas situadas em comunidades rurais

3.1 Educação e Desenvolvimento: dimensões da educação do campo

Iniciamos esta discussão propondo repensar a importância da educação, mais precisamente da educação do e no campo. Mas, antes de pensarmos se é educação para o campo ou para a cidade, entendemos que educação significa um processo de formação e aprendizagem do ser humano, em que a aprendizagem é socialmente elaborada, e isso possibilita aos seres humanos um melhor entendimento do meio em que vivem, e isto sendo por eles compreendido, ousem transformá-lo. Como afirma Munarim:

...educação que torna o sujeito educando mais autônomo e consciente de sua própria dignidade e da dignidade de seus semelhantes, o que significa a construção do valor da solidariedade em contraposição à competitividade. (2010; 6).

Cabe aqui ressaltar a importância de uma educação emancipatória, que possibilite aos sujeitos do campo ou da cidade tornarem-se cidadãos autônomos e conseguirem, com isso, superar o modelo de sociedade em que vivemos, rompendo com a visão capitalista vigente. É preciso olhar para o campo como um lugar de vida dos seres humanos, sujeitos sociais que se constituem como pessoas e sujeitos

coletivos. Para Caldart, precisamos

compreender que no campo existem diferentes gentes, com diferentes identidades, mas também uma identidade comum...compreender que estes diferentes grupos humanos que vivem no campo têm história, cultura, identidade, lutas comuns e lutas específicas; que parte deles se organiza em movimentos sociais para fazer essas lutas, mas que todos tem direitos sociais e humanos que devem ser respeitados, legitimados, atendidos (2002;21).

A luta por uma Educação do Campo não é consenso para muitos teóricos que discutem sobre educação. Para estes, Educação do Campo ou Educação Rural é um assunto superado, pois para eles o campo já avançou em seus problemas, por exemplo, a agricultura se modernizou (com incentivo do sistema capitalista), todos os que moram ou vivem no campo têm acesso a tecnologias avançadas, não se discute ou se relatam qual o real custo disso. A questão para estes é a modernização da agricultura, com o necessário desaparecimento da agricultura familiar, o uso intensivo da natureza, em outras palavras, um campo onde floresce o agronegócio. Nessa linha de raciocínio, o campo seria o espaço estratégico do agronegócio. É contra essa visão que diversos movimentos sociais se uniram e começaram um movimento em defesa da Educação do Campo, da terra e do espaço como lugar de vida, não somente uma mercadoria.

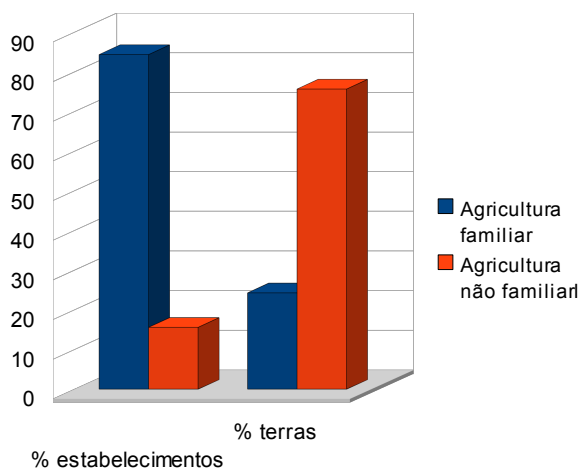
De forma contrastante à riqueza produzida e concentrada em alguns setores no campo, ainda nos dias atuais presenciamos comunidades rurais sem acesso à energia elétrica, sem atendimento à saúde, sem terra e vivendo de trabalhos em condições precárias. Em tal quadro, escolas funcionando em condições inadequadas, outras sendo fechadas, crianças tendo que permanecer horas em veículos, muitos deles sem condições de trafegabilidade, que fazem o transporte escolar. Transportes que levam crianças para estudar todos os dias em outras localidades, ou até mesmo se deslocam para a escola da cidade. Além disso, muitas escolas antigamente chamadas de escolas isoladas foram fechadas, configurando-se um quadro de políticas públicas que não atendem às necessidades das comunidades rurais e ainda contribuem para o tão criticado e falado êxodo rural. Como manter as famílias no campo sem as mínimas condições de permanência lá?

Para alguns, a melhor alternativa com certeza é ir embora, engrossar a periferia das cidades, aumentar o índice de desempregados e de famílias em situação de risco social. É refletindo e lutando contra a situação de exclusão e pobreza, que o movimento por uma Educação do Campo se constitui. Como bem salienta Caldart, a Educação do Campo é

um projeto de educação que reafirma como grande finalidade da ação educativa ajudar no desenvolvimento mais pleno do ser humano, na sua humanização e inserção crítica na dinâmica da sociedade de que faz parte; que compreende que os sujeitos se humanizam ou se desumanizam sob condições materiais e relações sociais determinadas; que nos mesmos processos em que produzimos nossa existência, nos produzimos como seres humanos; que as práticas sociais, e entre elas especialmente as relações de trabalho, conformam (formam ou deformam) os sujeitos. É por isso que afirmamos que não há como verdadeiramente educar os sujeitos do campo sem transformar as circunstâncias sociais desumanizantes, e sem prepará-los para ser os sujeitos destas transformações... (2002; 22).

Os dados estatísticos demonstram que a desigualdade social é visível no espaço rural. Em Santa Catarina, segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em 1990 havia 664.375 indigentes no Estado, dos quais 422.831 estavam no campo. Há que se considerar, também, que o Brasil possui uma das maiores concentrações de terra do mundo. O Censo Agropecuário de 2006 demonstra a concentração, como podemos observar no Gráfico 5:

Gráfico 5. Demonstrativo de estrutura fundiária – Brasil 2006



Fonte: IBGE Censo agropecuário: agricultura familiar primeiros resultados. 2006

O século XX apresentou grandes transformações na maneira com que se organiza o trabalho e a vida das populações do campo. Segundo Vendramini,

Os avanços da exploração capitalista e o processo de modernização da agricultura na região sul (como nas demais regiões do país) caracterizam-se pela formação de unidades de produção cada vez maiores, impondo novas condições para a lucratividade, uma vez que as culturas que utilizam insumos modernos e produzem para a exportação e / ou transformação industrial têm um espaço privilegiado na balança comercial (2004; 151).

A agricultura familiar, no contexto, serve somente como reserva de trabalho / mercado para atividades eminentemente capitalistas. Pois, como nos coloca Vendramini (2004; 152), o objetivo da modernização é transformar o latifúndio, símbolo da agricultura “primitiva”, “colonial”, numa grande empresa capitalista, ou o campo em espaço de grandes empreendimentos, como as barragens. Diante desses fatos é que se faz necessário repensar a dicotomia entre o urbano e o rural. O que é esse campo tanto discutido? Onde ele se encontra? Segundo dados do IBGE, a população no campo está cada vez menor. O campo está vazio. Se não existe mais, ou se as populações estão diminuindo no campo, então porque pensar em políticas de educação para o campo? Para quem estamos pensando a educação? Para

tentarmos entender ou encontrar respostas aos nossos questionamentos, precisamos, primeiramente, reconhecer o campo e procurar conceituá-lo.

Para Peixer, “o rural e o urbano, muito mais do que polaridade, pode e deve ser compreendido a partir da relação dialética entre essas dimensionalidades da vida social”. Continua a autora: “não é negar a diferença, pelo contrário, é negar a hierarquia e lutar contra a subalternidade e a homogeneidade” (2009;5).

O campo é concebido como um espaço rico e diverso, ao mesmo tempo produto e produtor de cultura. E isso torna o campo um espaço criativo, de criação do novo e não reduzido a um espaço meramente de produção econômica, como o lugar do atraso, do inconformismo, da não-cultura. Segundo Caldart,

Não é possível pensar um projeto de país, de nação, sem pensar um projeto de campo, um lugar social para seus sujeitos concretos, para seus processos produtivos, de trabalho, de cultura, de educação (2009;6).

Portanto, percebe-se que ao longo dos anos as formas de organização econômica de cada sociedade, pautadas no desenvolvimento capitalista, provocaram a valorização da indústria e da vida urbana, deixando o campo somente como parcela significativa de contribuição para a acumulação de capital industrial. Isso acaba reforçando a contraposição entre campo e cidade, como nos coloca Sauer:

O desenvolvimento do capitalismo ocidental transformou a cidade em lugar privilegiado para a localização da indústria, do comércio e dos serviços, ou seja, um lugar de produção e trocas. Os centros urbanos passaram a ser pólos irradiadores de mercadorias e tecnologia e, conseqüentemente, de valores ideológicos e culturais, reforçando uma distinção dicotômica entre a cidade e o campo. Esta dicotomia tem funcionado como uma lógica explicativa fundante da realidade social, que ora contrapõe os dois polos, ora subordina, incondicionalmente, o rural ao urbano (2003; 3).

O processo histórico de supervalorização do urbano, em detrimento do rural, resultou em muitas discussões sobre o conceito de “cidade”. Os estudos de Veiga (2003) apontam que o Brasil é mais rural do que se imagina. Segundo parâmetros utilizados pelo autor, no Brasil se considera urbana toda sede de município (cidade),

sejam quais forem suas características. Seus estudos demonstram quantas “cidades imaginárias” encontramos no país. Isso modifica completamente o território rural no Brasil, que se reconfigura, possibilitando então, pensar-se em políticas públicas direcionadas para o campo. Os critérios utilizados pelo autor são os da OCDE – Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico, segundo os quais pode-se considerar localidade urbana que possui densidade populacional superior a 150.000 habitantes.

(...) se considerarmos como critérios de ruralidade a localização dos municípios, o tamanho da sua população e a sua densidade demográfica (...) entre os 5.560 municípios brasileiros, 4.490 deveriam ser classificados como rurais. Ainda de acordo com este novo critério, a população essencialmente urbana seria de 58% e não de 81,2% e a população rural corresponderia a, praticamente, o dobro da oficialmente divulgada pelo IBGE, atingindo 42% da população do país. Dessa forma, focando o universo essencialmente rural sugerido pela proposta do pesquisador, é possível identificar em torno de 72 milhões de habitantes na área rural (INEP, 2007;12).

Essas considerações nos fazem refletir sobre a questão da densidade demográfica e localização, que indicam novas perspectivas e desafios que irão contribuir na formulação de políticas públicas voltadas para o campo. Para Peixer (2009), considerar que existe um número maior de municípios com modelos de vida e bases voltadas ao campo, não significa considerá-los num padrão inferior de desenvolvimento. Os programas, projetos e aí incluídos os planos e programas educacionais devem trabalhar com essa especificidade.

É necessário pensar políticas efetivas de desenvolvimento rural, que superem as visões convencionais ligadas ao agronegócio, aos mega-empreendimentos, crescimento da produtividade agrícola ou das exportações. Isso leva somente ao favorecimento da agricultura patronal que, a cada ano, emprega cada vez menos pessoas, aumentando com isso a concentração de renda e a exclusão social.

O processo de urbanização e de “deterioração” da cidade também está presente no processo histórico brasileiro, como afirma Sauer:

O deslocamento forçado de milhões de pessoas do campo para as cidades gerou

um crescimento artificial dos grandes centros urbanos, praticamente inviabilizando qualquer possibilidade de fornecimento de serviços básicos como infra-estrutura (asfalto, energia elétrica, sistema de esgoto, etc.), saúde, educação, etc. Um dos resultados é a condição sub-humana de existência nas periferias urbanas, contradizendo inclusive a lógica de que o êxodo rural deveria libertar as pessoas das amarras comunitárias (2003; 6-7).

As cidades não possuem planejamentos consistentes, que possam atender à demanda de pessoas que ao longo do tempo se deslocam em busca de melhores condições de vida, pois o crescimento tão almejado muitas vezes não pode ser alcançado sem haver políticas públicas voltadas aos interesses do cidadão.

Em síntese: o espaço rural no Brasil é um espaço de disputas, em que coexistem propostas antagônicas de desenvolvimento. De um lado, propostas vinculadas aos megaprojetos hidroelétricos ou de monoculturas, que trabalham na perspectiva de terra vazia, ou terra capital/mercadoria em que se encontram subjacentes os processos de relocação populacional e fechamento de escolas. E de outro lado, projetos de desenvolvimento vinculados à agricultura familiar, que pressupõe a existência de comunidades e o direito dos sujeitos ao lugar, concebido como espaço de vida, como defendido pelas propostas de educação do campo.

As lutas por terra, educação, trabalho, infraestrutura vêm incorporando outros elementos e valores que possibilitam processos sustentáveis de desenvolvimento, melhoria nas condições de vida e preservação do meio ambiente. E essas questões perpassam as discussões sobre produção de energia no Brasil, até agora, pautados em grandes usinas hidroelétricas.

O município foco da pesquisa pode ser concebido na terminologia de Veiga como eminentemente rural. Assim, entende-se que, ao discutir educação no município, podemos discuti-la na ótica da educação do campo, perspectiva também prevista no Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010, que considera escolas do campo aquelas situadas em áreas definidas como rurais ou as que estão situadas em áreas urbanas, desde que atendam predominantemente as populações do campo.

3.2 A Educação do Campo como um Direito

Na história brasileira é perceptível o quanto o direito universal à educação do campo tem sido uma árdua conquista dos movimentos sociais, dos trabalhadores e trabalhadoras da educação pública, nas esferas federal, estadual e municipal, referenciados pela constituição de 1988 e, recentemente, pela Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394/96, reafirmando a educação do campo como um direito subjetivo¹. A própria diretriz explícita, em seu artigo 2º, parágrafo único, a identidade da escola do campo, não ligada somente ao espaço geográfico, mas vinculada aos povos do campo, seja os que moram no campo, ou aqueles que moram nas sedes dos 4.485 municípios rurais do nosso país:

A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação as questões inerentes a sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva do país (Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394/96, art. 2º).

Diante disso, a educação do campo definida pelos seus sujeitos sociais se associa a uma cultura que se produz por meio das relações mediadas pelo trabalho, aqui entendido como produção material e imaterial da existência humana. Tradicionalmente, há um preconceito com relação aos povos que vivem e trabalham no campo brasileiro, colado à história do país, ao modelo de colonização / ocupação e de produção (monoculturas de exportação – trabalho escravo) aqui praticado durante muito tempo.

Isso tudo fez com que a educação voltada para os sujeitos do campo não fosse sequer mencionada em textos constitucionais até 1891. O início das discussões sobre educação do campo se deu nas primeiras décadas do século XX. Foi no primeiro Congresso de Agricultura do Nordeste Brasileiro, em 1923, que se pensou na necessidade de qualificação da mão-de-obra do campo, para buscar a melhoria do desenvolvimento da agricultura.

1 Direito subjetivo é aquele pelo qual o titular pode exigir imediatamente o cumprimento de um dever e de uma obrigação. Trata-se de um direito positivado, constitucionalizado e dotado de efetividade. (Novo Dicionário Aurélio, 1986).

Em 1942, nas Leis Orgânicas de Educação Nacional, previa que o ensino secundário e normal formará as elites condutoras do país, e o ensino profissional formará o filho dos operários, os pobres, os menos afortunados e que iniciavam muito cedo no trabalho.

Na década de 1960, com o crescimento populacional desordenado nas favelas e, atendendo a uma forte pressão das elites brasileiras, a educação rural foi colocada como solução para os problemas de fluxo migratório do campo para a cidade. Passou, assim, a ser de responsabilidade do Estado manter escolas no campo, capazes de contribuir para a diminuição da migração para os centros urbanos. Ainda assim, a cidade é concebida como superior ao campo, e a educação de qualidade, ou melhor aquela que se almeja ser de qualidade, fica somente para quem vive nas cidades, bem longe da compreensão da educação de qualidade como um direito de todos. No mesmo período houve um intenso movimento de educação popular no país, com a participação de movimentos sociais, de educadores ligados a universidades, de movimentos religiosos, de políticos, que tinha como principal objetivo fomentar a participação pública das camadas populares, inclusive as do campo, possibilitando a criação de alternativas pedagógicas diretamente relacionadas com a cultura e as necessidades nacionais.

Em 1964, com a instauração da ditadura militar, os movimentos foram desarticulados.

Em 1988, com a intenção de novamente promover a educação para todos, a constituição brasileira garantiu o direito ao respeito e a adequação da educação às singularidades culturais e regionais.

Com o objetivo de instituir um sistema público de ensino que pense o campo, é que, na década de 1990, diversas entidades e grupos sociais se articularam. Sindicatos de trabalhadores rurais, organizações comunitárias do campo, educadores uniram-se e defendem a educação como elemento de pertencimento cultural e fundamental, na perspectiva de autonomia e desenvolvimento das comunidades rurais:

O campo é concebido como um espaço rico e diverso, ao mesmo tempo produto e produtor de cultura. É essa capacidade produtora de cultura que o constitui em espaço de criação do novo e do criativo e não, quando reduzido meramente ao espaço da produção econômica, como o lugar do

atraso, da não cultura. O campo é acima de tudo, o espaço da cultura (MEC, 2004, p.33).

Podemos citar ações efetivas e educativas, nesse período, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras (MST), da Comissão Pastoral da Terra (CPT), do Movimento das Mulheres Campesinas (MMC), da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) das Comunidades Eclesiais de Base (CEB), das Escolas-Família Agrícolas (EFA), das Casas Familiares Rurais (CFR) dos Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFA), do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB).

A partir de 1997, no I ENERA – Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária, se constituíram discussões sobre uma nova concepção de educação do campo. Os movimentos sociais do campo passaram a pensar a educação a partir do “mundo rural”, levando em conta o contexto dos sujeitos do campo, sua cultura, seus modos de ver e de viver, sua forma de organização em comunidade, como organizam seu trabalho. Desse desafio, se originou a Conferência por uma Educação Básica do Campo, que foi realizada em julho de 1998, em Luziânia (GO) e que contou com 974 participantes.

O objetivo principal do encontro foi “a consecução de políticas públicas voltadas a um projeto popular de desenvolvimento do campo e a consequente educação básica adequada”, conforme definido no texto base do evento (MANÇANO, CERIOLI, CALDART, 1998;5). A mobilização sensibilizou importantes setores da sociedade, que se comprometeram em dar continuidade e estabeleceram uma “articulação nacional por uma educação básica do campo”.

Políticas de educação como formação humana pautam-se pela necessidade de estimular os sujeitos da educação em sua capacidade de criar com outros um espaço humano de convivência social desejável. A formação humana é todo o processo educativo que possibilita ao sujeito constituir-se enquanto ser social responsável e livre, capaz de refletir sobre sua atividade, capaz de ver e corrigir os erros, capaz de cooperar e de relacionar-se eticamente, porque não desaparece nas suas relações com o outro. Portanto, a educação como formação humana é também uma ação cultural (MEC, 2004;37).

Em 2004, realiza-se a segunda Conferência Nacional. Nela ampliam-se as discussões das modalidades, para além da educação básica (da educação infantil à universidade) e, ainda, para além da escola formal. Por isso, o movimento passou de “por uma educação básica no campo” para “por uma educação do campo”. O compromisso se solidificou e se materializou na construção do Projeto Político-Pedagógico do Campo. Ressalta-se, aqui, a participação do governo federal, por intermédio do Ministério da Educação – MEC, que instituiu, nesse período, a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) e, a ela vinculada, a Coordenação Geral de Educação do Campo, importantes órgãos, com significativa representatividade dos sujeitos que pensam não somente o campo, mas para o campo.

Segundo Caldart,

A educação do campo é negatividade-denúncia / resistência, luta contra. Basta (!) de considerar natural que os sujeitos trabalhadores do campo sejam tratados como inferiores, atrasados, pessoas de segunda categoria; que a situação de miséria seja o seu destino; que no campo não tenha escola, que seja preciso sair do campo para frequentar uma escola; que o acesso à educação se restrinja à escola, que o conhecimento produzido pelos camponeses seja desprezado como ignorância... A educação do campo é positividade-a denúncia não é espera passiva, mas se combina com práticas e propostas concretas do que fazer; a educação, as políticas públicas, a produção, a organização comunitária, a escola... A educação do campo é superação-projeto/utopia: projeção de uma outra concepção de campo, de sociedade, de relação campo e cidade, de educação, de escola. Perspectiva de transformação social e de emancipação humana (CALDART, 2009;4).

Por isso, a educação do campo vê o campo com seu povo, seus modos de vida, seus conflitos, suas formas de organização do trabalho, enfim, uma educação pensada desde o seu lugar e com sua efetiva participação, comprometida com as necessidades humanas e sociais.

Assim, a autora fortalece a concepção da luta pela Educação do Campo como uma luta por direitos:

A inclusão da educação no âmbito dos direitos sociais, ressaltando que o direito à educação não se separa da pluralidade dos direitos humanos que precisam ser garantidos e ampliados: o direito à terra, à vida, à cultura, à identidade, à alimentação, à moradia etc., o que implica dizer que o direito à educação não se materializa apenas no plano da consciência política, mas se atrela à produção e à reprodução mais elementar da vida. (CALDART, 2010;58).

Diante do relato acima, se faz necessário um comprometimento de todos os envolvidos com educação, seja o Estado, a sociedade, as organizações, os movimentos sociais, em favor da elaboração de políticas capazes de superar as desigualdades históricas que atingiram as populações do campo, superando com isso o padrão universalista e generalista que inspira as políticas educacionais vigentes, onde o direito à educação das populações do campo possa vir a ser universalizado. A luta pela Educação do Campo rompe com a visão reducionista de que a cidade é o lugar do desenvolvimento e o campo o lugar do atraso pois:

A transgressão da visão que projeta a cidade como o ideal de desenvolvimento e o rural como a permanência do atraso, implicando a elaboração de políticas e de práticas educacionais que afirmem a compreensão do campo como espaço de vida, de trabalho e de novas relações com a natureza, de produção e de reprodução da existência social e humana com dignidade e sustentabilidade. Essas questões nos remetem à necessidade de redimensionar os indicadores de referência que hegemonicamente orientam as políticas educacionais vigentes e determinam os rumos de sua implementação sob a égide da relação *custo/benefício*, inspirados em parâmetros mercadológicos, competitivos, empreendedores e de excelência, com vistas à *empregabilidade* e à aquisição de *capital cultural* que assegure destaque nos *rankings* nacionais e internacionais. (CORDEIRO et al, 2010; 58).

Portanto, precisamos pensar a educação como prioridade, para que se possa transformá-la profundamente, na direção de um projeto educativo vinculado a práticas sociais emancipatórias. As escolas precisam ver, ouvir e intervir no contexto social, econômico, ambiental e cultural em que estão inseridas. Nessa perspectiva,

a vinculação entre projeto de educação e projeto de campo é de entrelaçamento e de complementaridade, evitando com isso o risco de se cair na armadilha da visão liberal, a qual vê a educação como instrumentalização a serviço das demandas de um projeto de desenvolvimento (CALDART, apud Cordeiro et al , 2010;55).

É nesta luta por uma Educação do Campo articulada à concepção de desenvolvimento, que articula-se o repensar do próprio conceito de desenvolvimento. A reflexão sobre o que é essencial para a melhoria da qualidade de vida dos sujeitos se faz presente. Nela torna-se premente repensar a relação do ser humano com a natureza, pois as políticas adotadas, tais como o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, do Governo Federal, têm se pautado por um antropocentrismo desmedido, como é o caso da construção de grandes usinas hidroelétricas, concebendo os recursos naturais como objeto de dominação, reduzindo o conceito de desenvolvimento ao de crescimento econômico, de modo desigual, injusto e excludente (SACHS, 2005).

No contexto, a escola pode ter um papel estratégico de transformadora da concepção antropocêntrica, a partir do momento, por exemplo, em que os currículos escolares estejam voltados para esses questionamentos, através de reflexões realizadas com a comunidade escolar. Em face da situação, o ser humano deve ser visto como parte da natureza, e não como se estivesse somente assistindo ao que acontece e, se necessário, intervindo. Não há como pensar o ser humano sem pensá-lo como parte de uma sociedade e da natureza, muito menos pensar o meio ambiente sem o ser humano. Molina complementa, referenciando que

as políticas e as práticas curriculares devem indicar diretrizes e orientações capazes de se confrontar com as perspectivas antropocêntrica e ecocêntrica e, ao mesmo tempo, construir um caminho novo e possível, que conceba a relação ser humano/natureza sem dicotomia e sem sobreposição, inspirada numa relação de

diálogo e responsabilidade, na qual os aspectos sociais, culturais, políticos, econômicos e ambientais sejam inseparáveis e se fundem numa lógica de sociabilidade comprometida com os excluídos (2010;61).

Conceber a educação como um direito significa também incluí-la como dimensão do desenvolvimento do lugar, o que implica considerá-la também na definição e negociação de grandes projetos de engenharia, como as hidroelétricas, com grande repercussão no local. Na pesquisa de campo, procurou-se delinear as lutas na construção de uma UHE e a relação com a comunidade, tomando como destaque a educação e as escolas existentes, tema do próximo capítulo, em que observa-se que a barragem não viu a floresta e também não viu as escolas e comunidades.

4. A barragem que não viu o povo

4.1 No Caminho das Águas

Os impactos de uma hidroelétrica vão além da ocupação física do território. Nos lugares que com a construção do barramento ficam submersos, diversos espaços sociais são profundamente modificados. Um deles são as escolas situadas em comunidades de áreas de abrangência direta dos empreendimentos. Nesse capítulo, vamos abordar a relação da comunidade atingida com a construção da UHE Barra Grande, em Anita Garibaldi.

Diversos trabalhos realizados sobre efeitos das UHE demonstram que não somente o período de construção e alagamento é complicado para a população, mas também os momentos que antecedem a implantação. A circulação de técnicos pela região para os primeiros levantamentos e contatos com a sociedade local geram expectativas de diferentes tipos e também a produção de diversas informações. Há o que podemos chamar de estratégias de liberação de informações, com notícias pró e contra sendo veiculadas e também com o mínimo de informações sobre os planos para aquele lugar.

As expectativas tendem a remeter a receios e ansiedades decorrentes da incerteza sobre os desdobramentos e consequências do empreendimento, especialmente no que tange à possibilidade de mudanças daí advindas, com destaque para as “mudanças de lugar”. Soma-se a tal situação a frequente ocorrência de boatos que contribuem para, a partir da geração de incertezas, difundir na população

sentimentos de medo e angústia. Nesse período são comuns preocupações, com relação a:

- impactos que a implantação do empreendimento poderá causar sobre o meio ambiente; aumento do fluxo populacional para a área, sem a implantação de infraestrutura econômica e de serviços essenciais suficiente. Há também uma certa expectativa de que as pessoas irão contribuir para um aumento da circulação de dinheiro na região, sendo pouco mencionada a influência em outras áreas, no aumento da demanda por atendimento em saúde pública e acesso a escola, já que, além dos funcionários diretamente envolvidos na construção, há um aumento do deslocamento de pessoas em função de expectativas com a possível oferta de empregos.
- necessidade de remanejamento de populações locais e, principalmente, com o processo indenizatório, tanto para os grandes como para os médios e pequenos proprietários;
- necessidade de informações sobre os limites espaciais da abrangência dos impactos e das interferências dos empreendimentos, única forma de saber que populações serão ou não afetadas diretamente pela implantação e operação das UHEs.

A literatura existente demonstra que é um período conflituoso e delineado por interesses diversos. Existem grupos interessados em viabilizar a construção das usinas, tais como os poderes públicos, os investidores, a empresa responsável pela obra, as empresas de consultoria, que de maneira quase imperceptível, articulam e concretizam a liberação da construção das usinas. Ressalta-se, ainda, que a proposta de desenvolvimento dos grandes empreendimentos está vinculada à visão reducionista do conceito de desenvolvimento, entendido como sinônimo de crescimento econômico, uma vez que as análises para a implantação de tais planos e programas são baseados apenas nos dados econômicos, sem se levar em conta realmente os aspectos sociais e culturais vividos pelo país (BORTOLETO, 2001;56).

Santos (1997), em estudos sobre transformações do espaço social, afirma que, quando algo novo acontece num lugar, mudam as relações pré-existentes e outras são estabelecidas. Todo lugar muda. Os sujeitos do lugar estão submetidos a uma convivência com objetos, trajetórias e imagens de cuja construção participaram. O novo causa choque quando atores recém-chegados trazem consigo condições de

impor modificações ao cotidiano estabelecido dos sujeitos locais e de seus nexos territoriais.

A implantação de uma usina hidroelétrica acaba por acelerar este processo. As administrações municipais e os empresários locais canalizam esforços nesse sentido, pois atribuem à construção da UHE fator preponderante para o desenvolvimento do município. O papel é salientado em todo o processo de construção, não somente no momento de construção da obra, em que até a localização dos acampamentos dos operários é disputada até a projeção de um futuro desenvolvimento, em que os resultados esperados são a viabilização dos empreendimentos turísticos.

O aumento da população durante as obras nem sempre é considerado de forma adequada, com medidas que minimizem problemas tais como o acréscimo de demanda, na infraestrutura básica, na educação, na saúde, nos bens de consumo coletivo, no preço dos alimentos. Observa-se, também, uma ausência de preocupação com a escola e com práticas educativas. Tal é o foco de nossa pesquisa: como a escola e a população têm sido tratadas nos processos de construção das UHEs? Durante a construção da UHE Barra Grande, 1.516 famílias foram relocadas, em Anita Garibaldi, mas antes de falar sobre essas relações é necessário uma contextualização sobre a UHE e a forma como a população foi considerada no empreendimento.

4.2 Comunidades submersas

O Brasil é destaque mundial entre países com maior número de grandes barragens, ocupando a nona colocação, bem como nos de maior dependência em energia pautada em recursos hídricos, ocupando a segunda posição (CARVALHO, 2006). Com isso, a construção de barragens é alvo importante do interesse capitalista e o impedimento da construção, especialmente se os motivos forem ambientais, é visto como entrave para o desenvolvimento e o progresso.

Na opinião de Costa,

como para o capitalismo todo espaço é, ou poderá ser, mercadoria, a natureza encontra-se sempre como “almoxarifado” do mercado, portanto, preservação do meio ambiente e capitalismo não são coisas compatíveis (2002; 10).

Ainda que consideremos os possíveis benefícios que a construção de barragens trazem para o país, não podemos esquecer que, de fato, os empreendimentos causam muitas mudanças sociais, ambientais e econômicas nos territórios onde se instalam, e isso tem um custo alto. Segundo Bermann, as hidroelétricas no Brasil, até o ano de 2001, deslocaram cerca de 200 mil famílias de suas propriedades e inundaram 34.000 km² de terras para a formação de reservatórios (2001; 43).

A UHE Barra Grande está localizada entre os Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Em Santa Catarina situa-se no município de Anita Garibaldi, na localidade de Barra Grande, localizada no vale do Rio Pelotas, divisa entre os dois estados. A UHE Barra Grande possui 190 metros de altura. O lago inunda aproximadamente 8.140 hectares de terras, 90% da qual eram recobertas por florestas primárias e em diferentes estágios de regeneração. Lá encontramos belas paisagens, ora cobertas por exuberante floresta com araucárias, ora por campos nativos e propriedades agrícolas que lá se instalaram ao longo dos anos. Os trabalhos de construção da barragem iniciaram em 2001 e foram concluídos em 2006. O consórcio que ganhou a licitação chama-se Energética Barra Grande S/A, composto pelas seguintes empresas: Barra Grande Energia S/A – BOGESA, ALCOA Alumínios S/A, Camargo Corrêa, Companhia Brasileira de Alumínio – CBA, e DME Energética LTDA.

Muitos foram os questionamentos e indagações levantados para a construção dessa UHE. Ambientalistas de diversos países se mobilizaram para tentar impedir a obra, muitas ações foram desencadeadas, muitas ainda no processo de licenciamento. No período, manchetes como a “Hidroelétrica que não viu a floresta” (PROCHNOW, 2005), foram comuns, numa forma de chamar a atenção para a precariedade dos estudos ambientais realizados para concessão da obra. Inclusive alguns processos judiciais foram feitos, na tentativa de reverter a aprovação da obra, mas, conforme relata Valle (2005), a empresa procurava demonstrar a irreversibilidade, conforme destacado em um dos processos judiciais:

Ao contrário do que afirmam as autoras, todos estes atos, que somados totalizam mais de um bilhão de reais em investimentos, tiveram origem na boa-fé de um empreendedor que recebeu em

concessão um empreendimento com o EIA/Rima aprovado e com a Licença Prévia concedida. Essa nova realidade criada é irreversível. (...) não há como pretender simplesmente anular todo o processo de licenciamento ambiental e, ao fim e ao cabo, demolir a obra. É o caso, pois, da aplicação da teoria do fato consumado (...) Não se trata, no caso, de uma casa de praia construída com fundamento em licença ilegal. Trata-se, sim, de uma obra de interesse público, construída com base em uma licença expedida pelo órgão ambiental, mediante requerimento da própria União Federal (VALLE, 2005; 22).

Mesmo com mobilização contrária, as licenças necessárias acabaram sendo obtidas pelo empreendedor em 2000, e a obra foi construída.

Diante de fatos ocorridos desde o início do processo de licenciamento da UHE-Barra Grande, o IBAMA, o MME, o MMA, a Advocacia Geral da União – AGU, o Ministério Público – MPF, e a BAESA, celebraram um Termo de Ajuste de Conduta – TAC, o qual foi chamado de “Termo de Compromisso”. A justificativa para utilizar essa terminologia se baseia nos fatos de que os licenciamentos adquiridos pela BAESA tenham sido considerados irregulares. Em carta encaminhada ao editor do sítio “O ECO”, o Diretor Superintendente da Empresa assim se manifestou:

Note-se que o instrumento legal utilizado foi um Termo de Compromisso, e não Termo de Ajustamento de Conduta, como vem sendo maldosamente noticiado nos veículos de comunicação. Podem perguntar os ilustres interlocutores qual a diferença entre um e outro. A resposta é simples, porém primordial para o esclarecimento da posição da BAESA em todo o processo: não havia e nem há, conduta alguma a ser ajustada; a BAESA em momento algum se furtou ao cumprimento de todas as suas obrigações (MIRANDA,2011).

O superintendente faz essa referência porque o EIA-RIMA já havia sido elaborado e analisado pelo IBAMA, quando a BAESA venceu o leilão para o aproveitamento hidrelétrico de Barra Grande.

Um dos principais objetivos do termo foi a definição de compromissos que

assumiram as partes envolvidas, para a execução de ações que possibilitassem a continuidade dos licenciamentos ambientais, para então colocar a barragem em pleno funcionamento. Em síntese, para o empreendedor, é do interesse público a conclusão da hidroelétrica, tão necessária para a expansão da geração de energia do país.

A ânsia de expandir o setor elétrico no país faz com que os empreendedores, além de desconsiderarem a presença das pessoas, também acabem desconsiderando alguns bens muito importantes para a comunidade.

Tradicionalmente, o setor elétrico trabalha com a questão ambiental a partir de uma perspectiva de que o ponto central seriam as relações existentes entre o aproveitamento hidroelétrico e as restrições ambientais, pré-condição para a liberação das licenças necessárias à construção do empreendimento. Trata-se, portanto, de preservar o meio ambiente para que a UHE possa entrar em funcionamento com segurança. Castro e Andrade são precisos ao expressar esta concepção:

“Ambiente”, como ensinam os ecólogos e o bom senso, é uma noção vazia de significado se não se estabelece previamente um ponto de vista. Só existe um ambiente para alguém, para uma determinada forma de vida com valor de variável independente. Isto é: todo ambiente é ambiente de um sujeito. Ora, na concepção expressa no documento da Eletrobrás, o “ambiente” é o ambiente do sistema elétrico. O lugar de sujeito do ambiente é deslocado para a obra de engenharia. O reservatório e as barragens são o “ambientado”; as populações humanas afetadas são parte componente deste ambiente. Ao contrário, portanto, de interferir no ambiente destas populações, a obra é concebida como afetando e sendo afetada por um ambiente que inclui estas populações. Não é de se espantar, então, que leiamos que as comunidades indígenas “ocorrem com frequência” nas áreas de empreendimentos hidrelétricos...quando o caso parecia ser o de obras hidrelétricas “ocorrerem” com frequência em áreas indígenas (1988;10).

O que se percebe, nos documentos encaminhados para garantir a liberação de um empreendimento de grande porte, como é uma barragem, é que as pessoas que lá vivem se tornam empecilhos para a realização da obra, ou seja, não deveriam estar onde estão. Essa é uma questão levantada pelo MAB, de que a obra é que está afetando diretamente as pessoas que vivem no lugar, não o contrário, como é afirmado e reafirmado pelos empreendedores nos documentos emitidos para conseguirem as licenças necessárias. Ex: Belo Monte. Por que os índios tinham que estar lá? Para confirmar esta suposição é que Vainer e Araújo nos colocam

a gestão dos recursos naturais e a preservação ambiental, mais além de remeterem à relação entre os homens e a natureza, situam-se no centro das relações entre os homens, entre os diferentes grupos e classes que se constituem na sociedade, entre seus interesses diferenciados e, muitas vezes, antagônicos (1992; 76).

Somente após vencidas as etapas de estudos ambientais é que os empreendedores passam a discutir as questões sociais, no que se convencionou chamar de “levantamentos dos impactos sociais”, que envolvem a construção do referido empreendimento. Sendo uma das últimas etapas, quase sempre é considerada como um problema, que deverá ser resolvido a qualquer custo. Diante dessas constatações, é que nesse estudo concluímos que a UHE Barra Grande é a barragem que não viu a floresta e nem as pessoas.

Diretamente, foram relocadas ou indenizadas 1.516 famílias. No primeiro momento, a empresa considerou em seus cálculos de famílias diretamente atingidas, somente 843 famílias. Depois, com a organização do Movimento de Atingidos e sua luta, foi feito o Termo de Acordo para o Remanejamento da População Diretamente Atingida pelo Aproveitamento Hidrelétrico de Barra Grande (2004), no qual foram incluídas mais 191 famílias, que não eram consideradas atingidas pela empresa, pois não possuíam titularidade da terra. Assim, com o Termo de Acordo (2004), 1.516 famílias foram relocadas ou indenizadas. O processo de indenização das famílias ocorreu nas seguintes modalidades:

- Indenização, na qual o morador teve a terra e benfeitorias indenizadas em dinheiro;
- Permuta, na qual o morador pôde escolher um novo local para morar,

dentre os previamente definidos pela empresa;

- Carta de crédito: a própria família se responsabilizou pelo seu reassentamento, pela busca e aquisição de um imóvel que obedecesse as características mínimas estabelecidas pela BAESA – Energética Barra Grande S/A.
- Reassentamentos rurais coletivos, nos quais a empresa definiu e estruturou novo local para moradia, consideradas a relocação e a estruturação da comunidade e suas benfeitorias;
- Reassentamentos em área remanescentes: são áreas de imóveis que foram adquiridos na sua totalidade, mas que não serão inundadas e não farão parte da área de preservação permanente na orla do reservatório.

Nas negociações da UHE Barra Grande, um número significativo de famílias optou pela indenização, como podemos observar no Quadro 3, o que acabou facilitando para a empresa:

Quadro 3: Modalidade de indenizações

Modalidades	Número de Famílias
Indenização	954
Permuta	4
Carta de crédito	233
Reassentamentos rurais coletivos	191
Reassentamentos em área remanescente	7
Outros	127
Total de famílias	1516

Fonte: Termo de acordo para o remanejamento da população diretamente atingida pelo aproveitamento hidrelétrico de Barra Grande (2004).

Os reassentamentos rurais coletivos se encontram em Capão Alto – Reassentamento Laranjeiras, em Campo Belo do Sul – Reassentamento Comunidade Barra do Imigrante e em Anita Garibaldi – Reassentamento Boa Vista, Reassentamento Comunidade de Santa Catarina e Reassentamento 15 de

Fevereiro, todos no estado de Santa Catarina. No estado do Rio Grande do Sul, foram instalados dois reassentamentos no município de Esmeralda.

A chegada de um empreendimento como a construção de uma grande barragem é sempre vista com diferentes percepções, como mencionado anteriormente. Entre as estratégias de implantação, observa-se um jogo de informações, com objetivo de produzir opinião pública favorável. Assim, são destacadas somente as perspectivas de benefícios, inclusive o conceito é chave para os responsáveis pela construção, que consideram os municípios e seus moradores como os grandes beneficiários da obra. Nessa perspectiva, os discursos de progresso, desenvolvimento e do preço necessário ao progresso são constantes. Num primeiro momento até pode-se ver que o discurso é comum entre a população, que acredita que o progresso e o desenvolvimento virão com o empreendimento. Mas, com o passar do tempo e com a inevitabilidade da obra e das condições impostas, os grupos locais percebem as mudanças que irão impactar direta ou indiretamente na comunidade e o custo-benefício já não se equilibra tão facilmente, para os grupos populares. Geralmente os empreendimentos envolvem a ocupação de grandes extensões de terras, muitas delas voltadas a empreendimentos agrícolas, alterando, conseqüentemente, a base produtiva local, dos grandes aos pequenos proprietários. Além das implicações econômicas, há também o “custo” de perder o lugar. No depoimento de uma moradora, percebemos a questão:

estamos tristes, nervosas, não sabemos o que vai acontecer conosco, não dormimos à noite de tanta preocupação, não podemos entregar nosso lugar abençoado desta forma tão cruel e injusta. Desde que nascemos moramos aqui, gostamos do nosso lugar, estamos com nosso coração apertado é muito ruim passar por isso (MORADORA 1).

Nos empreendimentos há um deslocamento do “lugar” ocupado pelas comunidades pré-existentes. Pelo empreendedor, os moradores são tratados como parte da obra, ou seja, a obra é que em determinado momento é o sujeito a ser considerado. Tudo deve acontecer se for bom para a construção e no ritmo do cronograma da obra, e não para as pessoas que lá moram ou vivem da produção de suas terras. Nesta perspectiva, salienta Viveiros de Castro e Andrade, “as populações são naturalizadas, assimiladas a espécies naturais submetidas a *impactos negativos* e a *manejos paliativos ou criativos: são melhoradas*” (1988; 10

itálicos no original). Podemos observar nos comentários da empresa, em que dimensão a UHE vem melhorar as condições de vida:

Divisor de águas: Barra Grande inaugura uma nova fase na economia local e gera oportunidades sem precedentes para o desenvolvimento sócio-econômico de nove municípios” (BAESA,2007; 83)

Interessante fazer uma analogia com o processo de colonização na região, que, mantidas as devidas proporções, também foi um grande investimento e que desconsiderou as comunidades pré-existentes.

Percebe-se isso também no EIA-RIMA, em que a população local situa-se na mesma posição das questões ambientais, ou seja, é uma situação pré-existente que não tem autonomia para participar dos processos de decisão, que serão submetidas às esferas técnicas, cujas ações devem responder ao cronograma da obra e de seus resultados.

Observa-se que no processo de decisão e implantação da obra falta maior transparência do setor elétrico com relação aos procedimentos adotados na formulação e implantação da política energética no Brasil. Em 1990, foi publicado pela Eletrobrás um texto em que é reconhecida a falta de transparência:

Constata-se que não são conhecidos, em geral, os procedimentos mediante os quais o Setor estabelece seu plano geral de expansão e programa de obras. Igualmente, não se tem clara noção de como outros órgãos de governo, pessoas diretamente afetadas pela implantação das instalações de suprimento e a sociedade em geral podem acompanhar e influenciar na sua formulação ou atualização, detalhamento e implementação (ELETROBRÁS,1990;23).

Mesmo sendo constatada a deficiência pelo Estado, muito pouco mudou no cenário de liberação de obras hidroelétricas. Há que se considerar, também, que a falta de transparência é estratégica no processo de decisão e implantação, pois parte-se do princípio que os interesses que devem ser preservados são os do grande capital, que observa os empreendimentos como fonte de investimento / rendimento, e que desloca a segundo plano a sua função social. Questões como o destino da energia gerada, os impactos sociais e ambientais, a aplicação dos

recursos e a melhoria e manutenção da infraestrutura local não são colocadas como centrais.

Diante disso, constatamos que a política adotada pelas empresas é a de ganhar legitimidade junto à sociedade, manipulando no discurso elementos como o “progresso” o “o desenvolvimento econômico”, “o preço a ser pago”, “o beneficiário”, bem como, as alianças estratégicas que estabelecem com grupos econômicos e políticos locais. Por isso, é difícil a população construir e defender espaços de participação no processo, e ter ciência de todas as implicações, para negociar em condições iguais. Segundo Parmigiani,

esse discurso transforma-se, assim, em um poderoso instrumento de anulação das diferenças porque dissimula o real e busca fazer com que os conflitos, provocados pelas construções de barragens, cedam lugar a uma suposta harmonia fundada na ideia do “bem comum”, ou seja, na ideia de que o pretense progresso almejado por aquele modelo será usufruído por toda sociedade (2003;25).

Percebe-se como o discurso do interesse geral da nação, promulgado pela iniciativa privada em nome do bem comum e do preço a se pagar, por si só justifica a implementação do empreendimento, não sendo necessária a participação dos grupos diretamente envolvidos nas tomadas de decisões. Com isso, são favorecidos métodos coercitivos e violentos na implantação dos empreendimentos. A estratégia está visível no depoimento abaixo,

a empresa simplesmente chegou e começou a dizer pra população que eles deveriam sair de suas terras, que agora aquilo ali tinha sido adquirido por uma empresa de energia, e que iriam fazer uma grande hidroelétrica, que serviria para não deixar a população sem energia, que o Brasil estava a beira de uma grande falta de energia. Falei que isso não iria acontecer e que nós não iríamos sair. Montamos uma comissão com o MAB e fomos a luta, eu fui junto com o pessoal que foi na época conversar com Dr. Aureliano Chaves, na época Ministro das Minas e Energia. Ele nos ouviu, e eu falei que tinha 12 filhos pra criar e que só tinha aquelas terras pra produzir e sobreviver, que não iria

sair. Ele ficou meio sensibilizado conosco e me disse então, que eu teria tempo pra criar meus filhos e que o empreendimento iria demorar muito pra sair do papel, e foi o que aconteceu, demorou mais de dez anos, mas veio do mesmo jeito, e com mais força. Eu resisti, meu velho não aguentou e faleceu quando as águas começaram a chegar perto da nossa casa. Eu to aqui ainda, abro a janela e vejo essa imensidão de água, eu fiquei em minha casa, mas a umidade é demais, não sei até quando aguento, mas uma coisa é certa eu não saí, resisti e consegui pelo menos que as outras famílias tivessem uma indenização mais digna. (MORADORA 2).

A privação fundamental dos direitos humanos inicia pela privação do lugar, como diz Hannah Arendt: “primeiro e acima de tudo na privação de um lugar no mundo que torne a opinião significativa e a ação eficaz. A própria humanidade está em jogo quando deixa de ser natural que um homem pertença à comunidade em que nasceu, e quando o não pertencer a ela não é um ato de sua livre escolha” (1989, p. 330). Tal privação parece estar na base das estratégias de implantação das obras.

O sentimento de pertencimento é uma das principais necessidades do ser humano. Como salienta Parmigiani,

Nós existimos enquanto seres humanos quando nos reconhecemos parte de uma comunidade que nos reconhece como pertencente a ela. É por isso que a primeira condição para a expulsão de uma pessoa da órbita da humanidade é a perda da sua própria comunidade (2003; 29/30).

O deslocamento das pessoas sem considerar seu espaço, sua vizinhança e suas relações sociais impacta de forma significativa na sua vida. Mas, esse tipo de impacto não é, num primeiro momento, importante para os grupos locais que pensam somente no desenvolvimento econômico, que é tradicionalmente apropriado por poucos. Após a construção das hidroelétricas e de ter efetivamente relocado as pessoas é que principalmente o poder público municipal vai observar as consequências. A grande maioria dos atingidos, optou somente pela indenização, foram morar nas periferias das cidades, impactando significativamente e

economicamente na sede do município. Há problemas com baixa oferta de empregos, qualificação insuficiente, problemas de vagas nas escolas e o atendimento à saúde, o que já é precário para a população existente, piora muito. Aí então, começam os problemas decorrentes das barragens, mas que dificilmente são assumidos como tal pelos governantes e empresas responsáveis pela obra. E a promessa feita anteriormente, de muitos empregos e progresso para os municípios envolvidos cai no esquecimento.

Como as barragens, em sua grande maioria, são definidas sem a participação da população local, há necessidade de toda uma estratégia de legitimação da hidroelétrica, levando em conta também a legislação. Das publicações nos jornais, dos noticiários nas rádios, às reuniões locais, impera o discurso do progresso, do desenvolvimento e do preço pelo crescimento do país. Se nos últimos anos do governo militar a estratégia era prática corrente, pois o poder estatal e sua legitimidade estavam sendo questionados, nos anos recentes a mesma estratégia de legitimação e convencimento se faz presente, com os mesmos discursos, os mesmos *slogans*, como muito bem salienta, em sua análise sobre o Plano Decenal 2006-2015, o GT de Energia do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento – FBOMS:

O Plano Decenal de Energia Elétrica 2006-2015 (PDEE) não reflete uma visão de sustentabilidade. O Governo Federal priorizou obras de grande porte e alto impacto negativo para a sociedade e o ambiente, além de considerar tecnologias caras e ultrapassadas. Desta forma, reproduz um modelo energético arcaico, não traz avanços para o setor e agrava os problemas já existentes. O Brasil pode e deve promover um modelo energético sustentável nacional e regional e assumir uma posição de destaque internacional ao desenvolver seu enorme potencial em eficiência energética e energias renováveis (FBOMS,2006;1).

As hidroelétricas e outros grandes empreendimentos econômicos são apresentados como os vetores para o desenvolvimento local. Interessante observar que a análise já aparece nos próprios estudos de viabilidade, que fazem questão de registrar o pouco desenvolvimento econômico das regiões:

Possível Crescimento Demográfico.

A Usina Hidrelétrica de Barra Grande deverá gerar cerca de 2.000 empregos diretos. A notícia da implantação do empreendimento provoca expectativas sobre a criação de empregos e de novas oportunidades de negócios, o que, por sua vez, pode promover atrair pessoas para a área do projeto. Esta população, caso se concretize esta possibilidade, representará o crescimento da população, ainda que em pequena escala. Este impacto deverá ser sentido durante toda a obra, e deverá se concentrar nos locais onde ocorreram a maior parte das obras civis, ou seja, nos municípios de Pinhal da Serra e Anita Garibaldi. Um maior número de trabalhadores será absorvido no pico das obras, previsto para ocorrer no terceiro ano do projeto. No final das obras, haverá um movimento contrário ao inicial: parte da população deixará a área, e a população poderá se reduzir (ENGEVIX, 1999;47).

A Hidroelétrica de Barra Grande foi um marco importante na luta contra as barragens no Brasil. Pela primeira vez se constituiu uma aliança forte entre grupos ambientalistas e a população local atingida, tendo como resultado a enorme repercussão alcançada pela fraude ambiental verificada no Eia-Rima da obra e avanços, ainda que insuficientes, mas importantes, na resolução dos problemas sociais trazidos. Barra Grande deu novo fôlego à luta pela qualificação dos Estudos de Impacto Ambiental e à atuação dos órgãos ambientais oficiais que tem sido “atropelados” pelo discurso do crescimento econômico e pela influência exercida pelo grande capital. Segundo André Sartori, da coordenação do MAB,

a barragem de Barra Grande se transformou num símbolo de descaso contra o meio ambiente e a população atingida. Não podemos permitir que a fraude, que o fato consumado se torne regra nos licenciamentos ambientais do setor elétrico pelo país” (...) Mobilização popular tenta impedir desmatamento de área de Mata Atlântica ameaçada pela barragem de Barra Grande (ZEN,2004;35).

O processo terá seguramente desdobramentos nas demais obras a serem licitadas, especialmente na bacia do rio Uruguai, resultando num clima mais favorável à uma negociação mais justa para os grupos sociais, e isso poderá repercutir em conquistas significativas, na negociação frente aos grandes grupos econômicos formado por multinacionais como a ALCOA e algumas nacionais como Votorantim e Camargo Corrêa.

O reconhecimento do direito de ressarcimento a centenas de famílias que estavam sendo excluídas, assim como a ampliação do conceito de atingido com a inclusão dos não-proprietários, professores, comerciantes, e a necessidade de investimentos no desenvolvimento regional includente, são conquistas prévias que serão exigidas pelos atingidos em outras obras, aumentando com isso as esferas de negociação, sem a dissimulação de gastos das barragens. Na negociação, o próprio conceito de quem é atingido entra em pauta, afinal os deslocados não são os únicos a serem atingidos. A maioria dos levantamentos realizados pelas empresas consideram como atingidos pelos projetos apenas as pessoas deslocadas por causa do enchimento do reservatório e que possuem o título de propriedade. Assim, muitas outras famílias e comunidades são deixadas de lado. Dentro de um novo conceito de atingido, é que o MAB iniciou ampla discussão com os empreendedores, a fim de minimizar um pouco os efeitos da barragem para as pessoas, como colocam Vieira e Vainer (*apud* MATERNATURA, 2011):

- A população a montante (acima) e a jusante (abaixo) da barragem.
- Os posseiros, parceiros, meeiros, arrendatários, agregados e trabalhadores assalariados da área inundada.
- As pessoas deslocadas por causa de outras partes do projeto (como por exemplo, as linhas de transmissão, a casa de máquinas, etc).
- As famílias que perdem suas terras ou parte delas, mas que permanecem com suas casas.
- As pessoas que utilizam as terras comuns para pastagem do gado, colheita de frutos, vegetais e madeiras.
- As pessoas que têm seu acesso a escolas, hospitais e comércio obstruído em função da destruição e alagamento de estradas.
- As pessoas cujas atividades econômicas dependiam da população deslocada, como

por exemplo, professoras de escolas inundadas, caminhoneiros que transportavam a população, etc. (1999; 2).

No entanto, pouco conseguiram avançar no momento da negociação da UHE-Barra Grande. Muitos atingidos indiretamente não foram indenizados por não serem considerados atingidos. Outro aspecto importante foi a tentativa de impedir a construção da barragem, mesmo que os motivos estivessem favoráveis à não-construção. Não podemos esquecer o poder de influência e as ramificações dos grandes grupos econômicos presentes nos meios de comunicação, nas diferentes esferas do poder executivo, legislativo e em outras esferas estatais e mesmo entre algumas pessoas atingidas. Por muito tempo, a resistência dos atingidos em Barra Grande foi praticamente ignorada pela mídia, que se resumia a noticiar esporadicamente alguma manifestação, principalmente quando ocorriam as ocupações do canteiro de obras e os conflitos com a polícia militar. Exemplos do descaso podem ser observado nas audiências públicas.

A audiência pública é um instrumento que visa a democratizar a administração pública, por meio da interlocução entre sociedade civil, empreendedores e o órgão público responsável pela gestão dos recursos naturais. Ela possui, também, uma função legitimadora, pois pretende assegurar uma força maior às decisões da administração. Considerando tudo isso, percebe-se que, ao criarem os espaços de discussões, simultaneamente criam-se também mecanismos de exclusão da participação, seja pelo controle do tempo e a forma de participação dos cidadãos, seja porque desqualificam a opinião dos leigos, ou, ainda, porque atribuem à audiência caráter apenas consultivo.

Segundo Machado, a audiência tem por objetivo a prestação de informações ao público e a transmissão de informações do público ao órgão licenciador. A ata da audiência pública, juntamente com o EIA RIMA (1999), servirá de base para análise e parecer final do órgão licenciador, quanto à aprovação ou não do projeto. Por isso,

A audiência – devidamente retratada na ata e seus anexos – não poderá ser posta de lado pelo órgão licenciador, como o mesmo deverá pesar os argumentos, nela expedidos, como a documentação juntada. Constituirá nulidade do ato administrativo autorizador – que poderá ser invalidada pela instância Administrativa superior ou por via

judicial – quando o mesmo deixar de conter os motivos administrativos favoráveis ou desfavoráveis ao conteúdo da ata e de seus anexos (MACHADO, 2004; 245).

A realização das audiências públicas, com relação às licenças ambientais, são frutos da luta dos movimentos sociais que lutam pelo respeito à tomada de decisões que envolvam a sociedade direta ou indiretamente atingida pela obra. Por isso, elas se constituem em espaços de participação direta da sociedade civil. Não são deliberativas, mas somente consultivas. De forma geral, são coordenadas por algum representante do órgão estatal responsável pelos atos de liberação do empreendimento. Nesses momentos, é interessante observar a forma desigual de participação na audiência, desde a composição das mesas de autoridades até o direito de fala. As mesas são compostas por representantes do Estado local e regional, promotores, políticos e representantes da empresa. O tratamento usual é doutor, não há representantes dos movimentos sociais ou de organizações da sociedade civil organizada. Já nas falas de abertura, observa-se o discurso de progresso como inerente. A empresa apresenta um vídeo do empreendimento, em que o destaque é o papel da obra como promotora do desenvolvimento local. Para exemplificar, reproduzimos dois relatos de audiências realizadas na região, que demonstram os artifícios e a dificuldade que os integrantes dos grupos populares têm de se expressar.

Em uma audiência pública da qual participei, no município de Lages, uma senhora fez um desabafo, afirmando que a empresa não estava cumprindo o acordo que havia prometido com relação aos valores a serem pagos pelas terras que seriam alagadas. Na audiência, foi-lhe dito que ali não era espaço para isso, que não poderiam resolver o seu problema, se ela quisesse que fizesse por escrito que eles iriam encaminhar aos responsáveis pelo setor na empresa e ver se conseguiriam resolver o seu problema, mas que eles iriam dar continuidade aos trabalhos até que obtivessem uma resposta diferente.

Em outra audiência realizada em Capão Alto (2009), quando do processo de liberação de PCHs, retomou-se o exemplo da UHE Barra Grande, que até aquele momento não havia feito as indenizações:

No início do evento, após a fala dos prefeitos anfitriões e do vídeo da empresa, foi aberto para a participação dos presentes, com

perguntas ou depoimentos, antes porém, foi comunicado que toda a audiência estava sendo gravada, pois assim, a mesma constitui-se em documento que servirá na análise do processo. Nas manifestações, duas falas foram significativas, um representante do movimento de atingidos pela UHE de Anita Garibaldi, questionou primeiro a necessidade de produção de mais energia e mencionou a experiência com a construção daquela barragem, em que a empresa até hoje, mesmo depois de termos de ajustes de conduta, ainda não fez as indenizações em sua totalidade. Na perspectiva de desqualificar a fala, o representante da empresa, altera o tom de voz dizendo que falta energia sim para o desenvolvimento do Brasil, que ele é técnico portanto tem o conhecimento. E não fez nenhum comentário sobre os acordos ainda não cumpridos. Assim ressalta-se a imperiosidade do discurso técnico e da ciência, no qual a população local é desqualificada enquanto detentora desse saber. Outro depoimento marcante, foi de uma senhora, que terá parte de suas terras encobertas pelas águas da PCH, em seu depoimento, carregado de emoção, menciona que as obras já acabaram com o sossego e inviabiliza também algumas atividades de produção nas terras. Como ela diz: "a gente não dorme mais sossegado, é todo dia... todo dia essa coisa de barragem..... agora eu prefiro morrer do que assinar essa autorização" (depoimento na audiência no município de Capão Alto no dia 02/03/2009). Também para esse depoimento, não houve respostas. Somente uma solicitação que ela colocasse por escrito o depoimento para fazer parte do processo. Algo estranho, pois já haviam dito que a audiência estava sendo gravada e que seria usada como documento. Por que então ela tem que registrar o depoimento de forma escrita? (PEIXER, et al.2009;14).

Isto parece ter se tornado frequente nas audiências públicas. Quando as pessoas falam, a partir de seus problemas, eles recomendam que façam a

reclamação individual por escrito, contradizendo o próprio objetivo da audiência pública. Muitas pessoas se sentem constrangidas, pois a maioria não sabe escrever ou escreve com dificuldade. Isto implica em não conseguir se fazer entender, o que seria bem mais fácil através da oralidade. A estratégia de particularizar as ações visa desvalorizar as questões coletivas, como se fossem casos isolados e não o resultado de uma ação pensada da empresa, na forma como trata as famílias atingidas. Pois, não podemos esquecer que:

Para os defensores das grandes barragens, essas obras são essenciais para o desenvolvimento nacional e objetivam produzir energia dentre a melhor relação entre custo e benefício possível. A má sorte da população presente no local, a perda de terras agricultáveis e a destruição de espécies da fauna e da flora são consideradas como efeitos inevitáveis do progresso (LIMA,2006; 97).

Essa cobertura factual, quase sempre negativa em relação aos agricultores e a população local, não busca os problemas concretos que criam os conflitos. Pelo contrário, preocupa-se em fortalecer e criar um senso comum que associa barragem a desenvolvimento, e, conseqüentemente, quem resiste é tachado de inimigo do progresso. Para a Moradora 2, uma senhora relocada por conta da construção da UHE, sua maior tristeza era ser chamada pela imprensa de “baderneira”, como ela mesma relata:

Eu estava lá lutando pelos meus direitos, mas eles não viam dessa forma, nos chamavam assim para nos desqualificar perante a sociedade. Eu te pergunto – eu estava lá na roça, trabalhando, criando meus 12 filhos bem tranquila, os moço vieram aqui e só me avisaram que era pra eu sair com minha família sem ao menos nos ouvir, e nós é que somos baderneiros? Nada disso, vamos lutar pelos nossos direitos sim.

Uma grande estratégia no discurso dos empreendedores de barragens é separar a luta das pessoas atingidas (que eles fazem questão de chamar de beneficiários), da luta dos ambientalistas ou de outros movimentos sociais.

Nesse sentido, é interessante também observar a proposta de criação de um

corredor ecológico, que surge durante a construção da Barra Grande e que teve repercussão posterior nas negociações de outros empreendimentos hidroelétricos na região.

A proposta de criação do corredor ecológico surgiu durante a construção da UHE-Barra Grande, em Anita Garibaldi, em que o Ministério do Meio Ambiente (MMA), o Ministério Público Federal, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (IBAMA), o Ministério das Minas e Energia (MME), a Energética Barra Grande S.A. e a Advocacia Geral da União assinaram um Termo de Compromisso, a fim de garantir a continuidade do processo de licenciamento ambiental do aproveitamento hidrelétrico da Usina de Barra Grande. Um dos principais objetivos do corredor seria garantir o fluxo gênico a montante da área de inundação da UHE Barra Grande, interligando o Rio Pelotas e seus principais afluentes aos parques de São Joaquim - SC e de Aparados da Serra – RS.

Os técnicos do MMA, ao realizarem os estudos de campo em outras UHEs perceberam a necessidade imediata de estabelecer mecanismos mais restritivos de proteção aos remanescentes de vegetação natural e da fauna do local. A alternativa apontada foi a criação de uma unidade de conservação de proteção integral visando a salvaguardar os últimos remanescentes naturais da flora local e de sua riquíssima fauna. Foi sugerida, então, a categoria de Refúgio de Vida Silvestre, devido à predominância dos campos naturais de cima da serra, e do tradicional manejo para criação extensiva de bovinos. A pecuária extensiva foi considerada compatível com os objetivos do Refúgio de Vida Silvestre, conforme estabelece a Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC – Lei 9.985/2000, regulamentada pelo Decreto 4.340/2002).

No contexto, percebe-se todo emaranhado em torno do território em que são implementadas as UHEs. A proposta feita pelo Ministério do Meio Ambiente, em momentos posteriores à obra, desencadeou novas discussões e novos conflitos. Novamente a comunidade estava diante de uma proposta construída somente por pessoas não ligadas diretamente ao território.

Entender toda a dinâmica nos faz refletir sobre as intencionalidades constantes em todos os processos de implantação de grandes empreendimentos, bem como entender o processo de construção e reconstrução das práticas e das ideologias políticas.

5. A barragem que não viu escolas

O município de Anita Garibaldi possui uma extensão territorial de 589 km². Diversas comunidades foram se formando no município, muitas delas ao longo do Rio Pelotas. No censo de 2010, Anita Garibaldi possuía uma população urbana de 4.555 pessoas e rural de 4.072. Isto nos mostra que a população rural é quase a mesma que a urbana. E como as comunidades são atendidas no acesso a políticas públicas?

Uma grande ausência que encontramos no RIMA são os dados referentes à educação. A menção à educação e à escola é quase inexistente. Há somente 3 menções à palavra educação/escola. São informações gerais sobre alfabetização e que não falam diretamente do papel da escola e da educação, seja nas comunidades ou nas propostas de reassentamentos, como segue:

Das famílias pesquisadas, 33% possuem escolas bem próximas da sua propriedade (em torno de 1 km), 48% estão em torno de 1 a 3 km e apenas 19% têm a escola a mais de 3 km de distância. Praticamente todos estão dentro dos padrões exigidos internacionalmente, quanto à distância a ser percorrida (residência/escola/residência). Quanto ao deslocamento, 87% dos entrevistados vão a pé, 11% utilizam ônibus e 2% usam bicicleta para chegarem às escolas (ENGEVIX, 1999; 36).

Esta citação demonstra que a empresa, mesmo tendo os dados referentes à

quantidade de matrículas, não está preocupada com a escola na comunidade e a necessidade de relocá-la e, sim, com a distância que os alunos devem percorrer, mesmo que as condições de trafegabilidade e transporte não sejam as mais adequadas, que é o quadro em que se encontram hoje os municípios da região serrana, em que muitas crianças são transportadas horas a fio por carros, em estradas sem as mínimas condições de trafegabilidade.

Nas medidas compensatórias, o mais perto de referência à escola ou à educação diz respeito à sinalização e aos necessários programas de educação ambiental. Nas medidas compensatórias da BAESA, chama atenção a proposta de intensificação de sinalização nas áreas urbanas, especialmente nas proximidades de escolas e travessias de pedestres. É peculiar que isso conste como medida compensatória, quando faz parte das ações do poder público, não algo para a empresa construtora da barragem se responsabilizar.

Procurando as informações adicionais sobre a educação no município, observa-se que, segundo a Assessoria de Educação, entre 1998 até 2007, fecharam 38 escolas no meio rural. O número é significativo para um município como Anita Garibaldi. Pelo Censo Escolar 2011 (INEP, Censo Escolar 2011), o município possui 13 escolas municipais, sendo que, destas, duas estão localizadas em área urbana e 11 em áreas rurais. Destas onze escolas, seis encontram-se desativadas.

Muitos motivos podem ter levado ao fechamento de tantas escolas. No município destacam-se dois movimentos diferentes, mas cujos efeitos foram os mesmos: o processo de nucleação / municipalização da educação e a construção da UHE. Tais efeitos vêm sendo questionados pelo Movimento Nacional de Educação do Campo.

Nos processos de construção de hidroelétricas em comunidades rurais, acontece algo semelhante à própria compreensão do mundo rural, como salienta a pesquisadora Maria de Nazareth Wanderlei:

Muitos estudiosos se desinteressaram pelo rural, como se ele tivesse perdido toda a consistência histórica e social, como se o fim do rural fosse um resultado normal, previsível e mesmo desejável da modernização brasileira (1997;92 /93).

A discussão sobre a Educação do Campo questiona isso e continua sendo uma bandeira de luta de muitas organizações e pesquisadores, que querem uma

educação voltada à construção da autonomia e ao respeito às pessoas que vivem no campo.

A prática da Educação do Campo no Brasil materializa, de certo modo, a expressão de Eric Hobsbawn (1995, p.592): “Não sabemos para onde estamos indo. Só sabemos que a história nos trouxe até esse ponto (...) se a humanidade quer ter um futuro reconhecível, não pode ser pelo prolongamento do passado ou do presente”. Por isso a importância da luta das organizações em prol do coletivo. É neste momento que a educação do campo ganha força, vai além da educação escolar, pois o que está em jogo é a permanência e as condições de vida na terra, é a intensificação das lutas sociais e políticas na construção de um projeto político em que o bem comum seja definido pela comunidade e não pelos estrategistas governamentais (SOUZA, 2010;81/82).

A educação deve ser pensada enquanto formação humana, pois só assim os seres humanos são compreendidos como sujeitos que possuem história, participam de lutas sociais, sonham, têm nomes, gênero, raça e etnias diferentes, mas a luta pelos direitos à educação de qualidade e igualitária se vincula ao conjunto de lutas pela transformação das condições de vida no campo. E tal é também uma das bandeiras do Movimento de Atingidos por Barragens, ainda incipiente nos conflitos da UHE Barra Grande, mas que já aparece nas reivindicações futuras em reassentamentos rurais.

5.1 Um pequeno panorama da educação no município de Anita Garibaldi

Em 2011, pelos dados do Censo Escolar, o município possui 19 escolas entre municipais, estaduais e particulares. Em 2002, no início da construção da UHE, o município possuía 44 unidades escolares (Projeto Político-Pedagógico Escolar do Município de Anita Garibaldi,2002) , assim distribuídas:

Quadro 4: Redes de Ensino

Rede de Ensino	Número de escolas
Rede Particular	1
Rede Estadual	1
Rede Municipal	42

Fonte:Projeto Político-Pedagógico do Município de Anita Garibaldi, 2002.

A rede municipal, nesse período, atendia crianças na Educação Infantil com 11 Centros de Educação Infantil, uma escola de Ensino Fundamental, 29 escolas isoladas, 6 Núcleos de EJA – Educação de Jovens e Adultos.

Há nos registros da Secretaria de Educação a existência de 29 escolas municipais situadas em comunidades rurais, conhecidas como escolas isoladas. Destas, somente 5 estão hoje em atividade, as outras foram fechadas ou nucleadas. Diversos motivos levaram ao fechamento em massa, comum aos municípios do Estado, nos quais destacamos a política de nucleação, em que as prefeituras optaram em transportar os alunos e concentrar a escola em comunidades mais populosas.

Mas em Anita Garibaldi, outro fator muito forte foi o esvaziamento das comunidades devido à implantação da UHE Barra Grande. Muitas famílias foram deslocadas para reassentamentos, para a sede do município, ou ainda para outros municípios próximos, o que ocasionou o fechamentos das escolas.

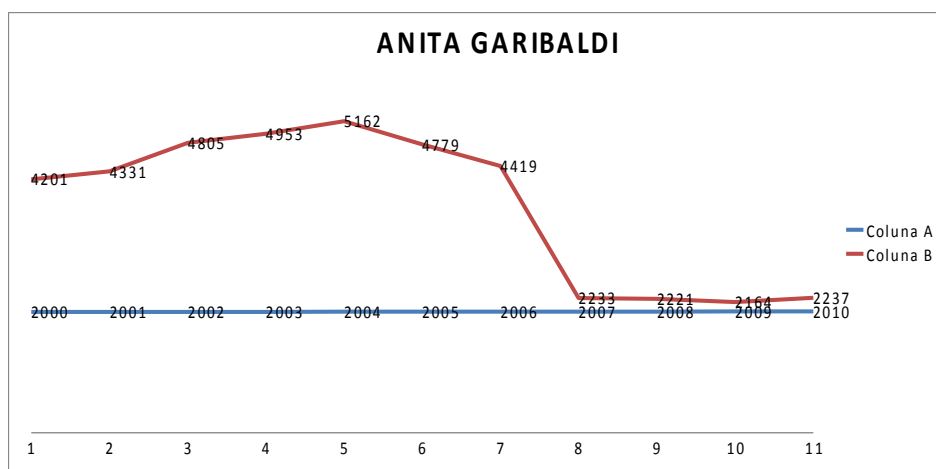
Tal movimento podemos observar nos dados sobre as matrículas no município de Anita Garibaldi, a partir do ano de 2000 até o ano de 2010, como demonstrado na Tabela 3 e no Gráfico 6.

Tabela 3: Matrículas no município de Anita Garibaldi

2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
4201	4331	4805	4953	5162	4779	4419	2233	2221	2164	2237

Fonte: INEP, Censo Escolar 2011, Data escola Brasil

Gráfico 6: Matrículas



Fonte: elaborado com dados do INEP, censo escolar 2011.

Percebemos nos dados do gráfico acima como se processaram as matrículas no município de Anita Garibaldi, considerando que o início da obra de construção da UHE Barra Grande foi no ano de 2001. Na análise, percebemos que em 2000 as matrículas atingiam um patamar alto de alunos efetivamente matriculados, houve um aumento no decorrer dos anos de 2001 a 2004, fase em que muitos trabalhadores advindos de outros estados vieram trabalhar na construção da barragem. Segundo notícias nos jornais da época, mais de 2.000 trabalhadores de outros estados vieram para Anita Garibaldi com suas famílias, um dos reflexos que pode ser visualizado no gráfico acima.

Entre 2006 e 2007, período de finalização da obra, verifica-se que as matrículas começam a diminuir. Isto demonstra a saída das famílias do meio rural e do próprio município, devido ao alagamento de suas casas ou de suas terras, provocado pela barragem. Muitas delas foram para reassentamento em municípios do entorno de Anita Garibaldi. Muitos trabalhadores também retornaram a seus estados de origem, desencadeando uma diminuição no número de matrículas.

5.2 Escolas submersas

No RIMA, há poucos registros sobre escolas ou educação na área atingida. É mencionada a possibilidade de fechamento total ou parcial de escolas por falta de alunos ou a necessidade de implantação de um projeto de educação ambiental. A escola é simplesmente desconsiderada como um espaço importante na constituição da comunidade.

Dos cinco reassentamentos rurais organizados em Santa Catarina, somente um teve a construção de uma escola, mas foi uma ação posterior em que os novos moradores solicitaram a construção da escola em reunião realizada pela comunidade. Nos outros reassentamentos, na questão da escola e do direito à educação perpassa somente a aquisição de ônibus para o transporte das crianças e a orientação para matrículas. Em publicações oficiais, a empresa menciona que o grande desafio foi orientar a matrícula para as escolas já existentes:

Os reassentados tiveram apoio para transferir a matrícula de seus filhos para a nova escola e conhecer os pontos principais na nova comunidade e no município-como agências bancárias-, caso ele não tenha

permanecido na mesma região de origem (BAESA, 2007, p.31).

A empresa destaca ações posteriores à obra, que incluem equipes multidisciplinares para acompanhar as famílias durante seus deslocamentos, no intuito de diminuir os problemas relacionados com a mudança. Mas, devemos levar em consideração que a fase de adaptação ao novo lugar é um processo lento e que deve ser acompanhado de perto por esses profissionais. Segundo uma moradora de um reassentamento em Capão Alto, eles se sentem abandonados

Aqui nós temos que pagar até a água que bebemos, antes nós tinha de graça. A BAESA deu dinheiro pra nós no começo, mas agora temos que se virar sozinho, temos muita dificuldade pra se manter (MORADORA 3).

Além da mudança de lugar, também há as questões relacionadas à produção da vida familiar, dos laços afetivos e de solidariedade e de pertencimento às comunidades, da distância dos familiares, como também das diferentes formas de produzir sua subsistência.

As benfeitorias realizadas nos reassentamentos foram noticiadas pelo jornal Correio Lageano, como se a empresa por iniciativa própria tivesse proposto os bens coletivos para a comunidade. Como segue na reportagem em sequência, que optamos por reproduzir na íntegra, observe-se que não há registro de escola nos reassentamentos.

Reassentamento recebe melhorias:

Obras construídas pela Baesa são consideradas essenciais para a integração entre os moradores de Capão Alto. Ao assinar o Termo de Recebimento das Benfeitorias Comunitárias, no último dia 27, as famílias residentes no Reassentamento Laranjeira, implantado pela Energética Barra Grande S.A (Baesa), no município de Capão Alto, asseguraram o usufruto do ginásio de esportes, igreja, centro de instrução e cancha de laço. Estas obras foram escolhidas pelos próprios moradores e construídas pela empresa em pouco mais de seis meses. A construção das benfeitorias comunitárias é uma das principais medidas da Baesa visando à implantação das melhores

comunidades rurais do Brasil. As obras, segundo a empresa, são fundamentais para a integração das famílias que foram remanejadas e instaladas em novas propriedades. Ao todo são 194 famílias residindo em sete comunidades rurais. Em cinco dessas áreas, incluindo o Reassentamento Laranjeira, as benfeitorias comunitárias já estão concluídas e entregues. Nas outras duas comunidades, Santa Catarina (em Anita Garibaldi) e São Francisco de Assis (em Esmeralda), a previsão é que essas obras estejam prontas até o fim de abril. Além de desfrutar dessas benfeitorias, as famílias residentes tornaram-se proprietárias de sua terra, na qual foram construídos casa para morar e galpão de trabalho, além de rede elétrica, sistema de abastecimento de água, solo preparado para a lavoura, pomar doméstico, horta e verba de manutenção até fazer a colheita da primeira safra. O objetivo da Baesa é oferecer condições para que as famílias se adaptem à nova propriedade. No início da segunda quinzena do mês passado, a Baesa entregou benfeitorias similares aos moradores da comunidade de 15 de Fevereiro, em Anita Garibaldi. As 17 famílias residentes no local passaram a contar com ginásio de esportes, igreja, campo de futebol, churrasqueira comunitária e um galpão para a guarda de equipamentos agrícolas, todas obras escolhidas pelos moradores (CORREIO LAGEANO, 1/2/2008)

O Reassentamento Laranjeiras, localizado no município de Capão Alto, onde foram relocados 33 famílias, possui hoje uma escola de ensino fundamental, conseguida através de negociações posteriores. Nos relatos dos moradores, observa-se que o processo não foi simples, pois a prefeitura queria levar as crianças para estudar na sede do município, mas a mobilização dos reassentados conseguiu que a BAESA repassasse verbas para a prefeitura construir a escola.

Sobre a construção da escola, os depoimentos demonstram o processo de negociação e as dificuldades encontradas pelos moradores:

Foi bem difícil conseguir a escola, queriam que as crianças fossem estudar na escola da cidade, mas a comunidade não aceitou,

então a Baesa repassou verbas para a prefeitura para a construção da escola e a prefeitura assumiria a professora e a merendeira (MORADORA 4).

Há ainda no processo, e que nos remete às lutas e reivindicações dos movimentos camponeses pela escola, a afinidade entre professor e comunidade, como salientado no depoimento:

A professora vem da cidade, há uma grande rotatividade de professor....não tem identidade com as pessoas da localidade” (MORADORA 4).

Observa-se que a escola passou a ter um novo sentido para eles, resultado de uma experiência de organização, construídas na luta pela garantia dos direitos dos atingidos por barragem. É uma conquista muito importante para os sujeitos envolvidos no processo. Em todos os outros Reassentamentos Rurais em Santa Catarina, não houve a construção de escolas nas comunidades. A infraestrutura, que, segundo a empresa, foi escolhida pela comunidade, incluía ginásio de esportes, igreja e cancha de laço. A grande ausência são as escolas. Nesse aspecto, como a escola é considerada pela própria comunidade e pelos dirigentes locais? Observa-se que os dirigentes, imbuídos pelo discurso do empreendedor que preferem deslocar as crianças para escolas urbanas. Num dos depoimentos fica destacado:

Na comunidade da Capela São Paulo, Detofol e Raia do Soita, as escolas foram fechadas em função da barragem (MORADORA 5).

Das escolas fechadas e muitas delas submersas, restam somente os registros oficiais e a memória das pessoas. É o caso da escola da Fazenda das Oitocentas - nome singular para uma escola -, sepultada pelo lago e de onde algumas famílias foram relocadas para o Reassentamento Laranjeiras. Na localidade Fazenda das Oitocentas, ficava a escola isolada também chamada de Fazenda das Oitocentas, na Capela São Paulo. O nome “Fazenda das Oitocentas” refere-se ao fato da escola ficar a 800 braças² do Rio Pelotas, ou seja, a um quilômetro e 200 metros do rio. A escola iniciou em 1969, num galpão cedido pelo senhor Polidorio

2 800 braças, uma forma regional de definir distância, 1 braça corresponde a 1 metro e meio.

Sutil Oliveira, uma das lideranças locais e fazendeiro. O decreto de criação é o de número 169/69, de 07 de março de 1969, o código de registro é o nº 07.07.503.

A primeira turma possuía 23 alunos, em classes multisseriadas, a primeira professora foi Zelci Pazinato, que lecionou até 1984, quando foi então construída no mesmo local uma nova escola, pertencente à rede municipal de ensino. O primeiro presidente da APP – Associação de Pais e Professores foi Frederico Leonel Passos, vice Polidoro Sutil Oliveira.

O fechamento da referida unidade escolar se deu em 14 de março de 2006, justamente no ano em que foi autorizado o funcionamento da segunda unidade de geração de energia da hidroelétrica. Segundo uma das entrevistadas, antiga moradora da Capela São Paulo e atualmente residindo no Reassentamento Laranjeiras, em Capão Alto:

minha maior tristeza foi morar longe dos meus pais e ver a escola que eu estudei e que meus filhos iam estudar também, sendo fechada. Quando anunciaram que isso ia acontecer nós tudo ficamos desanimado, se até a escola vai fechar, o que será de nós? Sem escola, sem igreja, sem nossa família completa. (MORADORA 6).

As pessoas perdem suas referências e se sentem abandonadas, quando sua comunidade sofre um abalo como o de um empreendimento hidroelétrico. Há ainda que se considerar as próprias relações das crianças e jovens em outra escola, situada longe de suas comunidades, como pode-se observar no depoimento de um reassentado, sobre as relações com a comunidade pré-existente:

as pessoas que viviam nos arredores do reassentamento e também na [sede] tinham medo de nós, pois éramos os sem terra que queriam roubá-los. (MORADORA 6).

Segundo o Projeto Político-Pedagógico Escolar do Município de Anita Garibaldi (2002), sua concepção filosófica está pautada pela concepção histórico-cultural e de aprendizagem denominada de sócio-histórica ou sócio-interacionista. Dentro da concepção, o ser humano é entendido como um ser social e histórico, resultado de um processo histórico conduzido pelo próprio homem. A socialização implica em garantir o conhecimento a todos, indistintamente. Aqui há algo que

precisamos refletir. Porque então tantas escolas situadas em comunidades rurais no município foram fechadas? Onde está a garantia de uma educação voltada ao ser humano? Como nas negociações com a empresa não foi articulada a construção de escolas nos reassentamentos do município?

Ainda, em consonância com a Proposta Curricular do Estado de Santa Catarina, “esta concepção, à medida que considera todos capazes de aprender e compreende que as relações e interações sociais estabelecidas pelas crianças e pelos jovens são fatores de apropriação do conhecimento, traz consigo a consciência da responsabilidade ética da escola com a aprendizagem de todos, uma vez que ela é interlocutora privilegiada nas interações sociais dos alunos. De todos os alunos”. Nesse sentido, observa-se a precariedade na aplicação. Simplesmente, as escolas não aparecem como ponto de negociação nas grandes obras, como um bem coletivo na comunidade.

Pensar a educação das crianças que vivem em reassentamentos, articulando as concepções da Educação do Campo, é pensar na possibilidade de uma educação transformadora. E também na importância dos movimentos sociais, como o de Atingidos por Barragens, que têm incorporado e participado das lutas pela Educação do Campo. Ali a escola passa a ser compreendida como um espaço a ser defendido e importante para a existência da comunidade. Pode-se perceber isto em relato de um membro de uma comunidade rural, quando a escola da localidade estava prestes a fechar, em 2011:

Não aceito que os equipamentos e móveis da escola sejam retirados daqui, a escola pode até parar de funcionar, mas o que tem lá vai ficar. Hoje não tem aluno, mas amanhã poderá ter, e aí como fica sem nada na escola? Minha maior tristeza é que se não temos alunos na escola, não temos gente na comunidade, na medida que fecha a escola as famílias vão embora e as fazendas ficam sem gente, nós ficamos sem perspectiva de futuro para as lidas do campo. (MORADOR 7).

No relato do líder comunitário, morador de uma comunidade que também será atingida pela construção de outra PCH, está muito presente a importância da escola na comunidade. Ele enfatiza o que vem sendo discutido por alguns pesquisadores, que é o esvaziamento do campo e suas consequências para a sociedade. Para ele,

a escola tem um papel fundamental no processo, que é o de contribuir para a permanência das famílias no campo, desde que ela tenha as plenas condições para tanto. O Movimento dos Atingidos por Barragens é enfático em lutar pelo direito, e a população aos poucos percebe que é importante para a continuidade da vida no campo com qualidade.

Observa-se que a construção de UHEs, da forma como vem sendo feita, tem contribuído para que a escola e seu papel na comunidade esmaeam com o tempo e com a ação das águas na região. São aos poucos submersas, material e imaterialmente, à medida que na memória ou na compreensão da comunidade, deixam de ser um bem coletivo importante.

6. Considerações Finais

O século XIX foi marcado por grandes mudanças tecnológicas. As estradas de ferro e o trem aproximaram cidades e mercados, marcaram épocas, definiram territórios, ao lado deles o telefone, o telégrafo, a fotografia, o navio a vapor e a energia elétrica têm grande destaque nesse amplo conjunto de inovações (SANTOS ;REIS, 2002;15). Diante desse avanço, acelerou-se o processo de industrialização do país, com uso intensivo de energia e fazendo crescer a necessidade de investimentos em infra-estrutura básica. Esse processo engendrou políticas setoriais e planos de investimentos destinados a fomentar empreendimentos de grande porte.

Em geral esses investimentos são realizados sob a ótica do desenvolvimento e do progresso, como afirma Santos o capitalismo se afirma, exacerbando contradições sociais e perspectivas de riquezas crescentes (2002;15). Nesse contexto, uma das grandes políticas do Brasil, foi o investimento em hidroelétricas como base de geração energética. Ao discutir a implantação de grandes usinas hidrelétricas, estas se configuram como parte de projetos capitalistas e foram difundidas no Brasil como a melhor e a mais viável forma de produzir energia elétrica.

A instalação de grandes projetos como as hidroelétricas causaram, e ainda causam/causarão, transformações que, para além dos impactos considerados propriamente ambientais ou ecológicos (como o desmatamento e o alagamento de terras agricultáveis ou de florestas), também resultam na remoção de núcleos

urbanos e rurais e, conseqüente, na migração compulsória de milhares de pessoas, que ao se instalarem em outros espaços acabam perdendo sua referência, as quais estão ligadas entre eles a sua igreja, escola, salões comunitários, entre outros.

Procuramos nesse estudo, demonstrar como a construção de uma barragem produz rupturas no cotidiano e no modo de vida das populações. Já existem diversos estudos sobre efeitos das UHEs, tanto em termos ambientais como sócio-culturais, porém, poucos demonstrando as repercussões na educação ou escolas locais, seja durante a construção ou nos reassentamentos, essa foi a motivação inicial desse estudo, apoiada nos estudos e discussões sobre a importância das escolas nas comunidades rurais, como tem defendido a Articulação Nacional por uma Educação do Campo. Nesse sentido, procuramos relacionar essas duas questões, os efeitos da construção de grandes hidroelétricas com enfoque nas comunidades rurais e na escola. Partimos para o estudo da seguinte equação: o grande discurso das UHEs é o seu impacto no desenvolvimento local e se a escola é um espaço importante de desenvolvimento, como a escola aparece nesse processo de construção. Optou-se por um estudo de caso, onde delineou-se como a escola e as comunidades rurais no Município de Anita Garibaldi, foram consideradas no processo de construção da UHE Barra Grande.

Na ótica do grande empreendimento, que concebe o campo como espaço de negócio, a escola não aparece, pois ela é vista como desnecessária, inexistente a preocupação com a educação, muito menos com educação em comunidades rurais. Educação só aparece em pequenas notas ou na preocupação como uma obrigação da empresa, em virtude da questão ambiental, com propostas de educação ambiental. Na análise do RIMA e dos Acordos posteriores observa-se a ausência de dados sobre as escolas, a exceção de menção a alguns índices educacionais, como um dos indicadores do pouco “desenvolvimento” do local. O que de certa forma contribui para justificar a obra como “portadora do desenvolvimento”.

Outro aspecto que chamou atenção foi a preferência a negociações isoladas nos processos de indenização, no qual das 62% das famílias optaram pela indenização simples e somente 13% optaram por reassentamentos rurais coletivos ou em áreas remanescentes, com isso, a obrigação em estruturar novos espaços comunitários por parte da empresa foi somente com 194 famílias, isto também delineia a concepção de comunidade rural e do espaço ocupado pela escola, confirmando o papel subordinado do espaço rural, como salientam os estudos sobre

educação do campo.

No estudo de caso, a questão da escola, aparece posteriormente ao processo de reassentamento, como resultado da organização e reivindicação dos moradores, o que pode ser indícios também de novas orientações no próprio Movimento de Atingidos do Barragens. Como demonstrado no estudo, para as comunidades atingidas, observa-se que a reivindicação pela escola, onde o MAB tem uma maior inserção, ainda aparece como reivindicação posterior. No reassentamento Laranjeiras, a escola foi implantada a partir de uma demanda do Movimento, posterior a implantação do reassentamento. Uma das moradoras reafirma essa compreensão, ao salientar que “O estudo é bom e é muito importante porque sem ele nossos filhos não saberão quais são os seus direitos e aí não poderão cobrar de ninguém isso” .

A visão aqui apresentada é de que através da educação o cidadão se torna efetivamente um cidadão emancipado, ou seja, capaz de saber quais seus direitos, bem como seus deveres perante a sociedade, como salientado, a educação é um dos direitos sociais básicos. A escola não pode ser vista como um mercado, que transforma as crianças ou jovens em “improdutivos” ou “clientes”, como muito bem salienta Parmigiani:

Dentro e para além do mundo que o capital construiu sobre o trabalho existe outro mundo, criado aos poucos pelo trabalho solidário e inteligente dos homens. Este outro mundo tem gestos, o imaginário e o rosto dos homens, das mulheres e das crianças do campo e, mesmo quando ele se apresenta na forma de um “sonho”, é muito mais do que uma simples fantasia (2003;138).

Observa-se que a luta da educação do campo demonstra a importância da escola na construção de autonomia, do empoderamento da comunidade, bem como, na constituição de alternativas de sustentabilidade.

O MAB, um dos movimentos que integram a articulação Nacional por uma Educação do Campo e da defesa da educação como um direito das comunidades rurais, começa recentemente a integrar a escola como parte dos itens de negociação com as empresas, procurando alternativas para melhorar as condições sociais, econômicas e culturais dos sujeitos do campo como uma saída importante

para diminuir significativamente os problemas do país. Em termos gerais, significa também estruturar e implementar políticas para o campo, que possam dar conta de todo seu contexto, desde a educação, a saúde, a renda e qualidade de vida. Essa é uma discussão que se faz necessária nos processos de implementação de grandes hidroelétricas, onde muito mais do que ser contra, abre espaços para discussão das alternativas de desenvolvimento e de participação efetiva da comunidade em todo o processo de decisão e implementação para evitarmos que novamente os empreendedores de barragens não vejam as florestas, as escolas e as comunidades.

7. Referências

ALMEIDA, Ricardo, LÖCKS, Geraldo Augusto, SARTORI, Sergio, VARELA, Iáscara Almeida. *Caminho das Tropas: caminhos, pousos e passos em Santa Catarina*. Lages/SC: Editora Uniplac, 2006.

ANITA GARIBALDI, **Projeto Político-Pedagógico Escolar do Município de Anita Garibaldi**,2002.

ANITA GARIBALDI. Histórico. Anita Garibaldi,2011. Disponível em <http://www.anitagaribaldi.sc.gov.br/conteudo/item=27594&fa=854&cd=26087> acesso em agosto de 2011.

ARENDDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ARROYO, Miguel G. et al.(orgs.).*Por uma Educação do Campo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

BAESA. **Energia**: o grande desafio, 2007.

BOEIRA, Sabrina Mendes. **Estudo da dinâmica territorial rural**: A implantação da usina hidrelétrica Barra Grande no planalto sul catarinense. Florianópolis, 2006.

BORTOLETO, Elaine Mundim. **Os impactos do complexo hidrelétrico de Urubupungá no desenvolvimento de Andradina-SP**. São Paulo:UNESP, 2001, Dissertação de Mestrado.

BRASIL. **Decreto nº 7.352**, de 4 de novembro de 2010, que dispõe sobre a política de educação do campo e o programa educacional de educação na reforma agrária – Pronera. Brasília, 2010.

BURSZTYN, Marcel (org). *A Dificil Sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais*. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

CALDART, Roseli Salete. **Educação do campo: identidades e políticas públicas**. Porto Alegre, 2002.

CALDART, Roseli Salete. Por uma educação do campo: traços de uma identidade em construção. In: KOLLING, E. J. CERIOLI, Paulo Ricardo, CALDART, Roseli Salete. (Orgs.). **Por uma Educação do Campo: Identidade e Políticas Públicas**. Brasília: Art. Nacional, 2002. p. 25-36. Coleção Por uma Educação do Campo, n. 4.

CANÁRIO, Rui. **A escola no mundo rural: Contributos para a construção de um objeto social**. In: *Educação, Sociedade & Cultura*, n.14.2000. p. 121-139.

CASTRO, E. V. e ANDRADE, L.M.M. de. **As hidrelétricas do Xingu e os povos indígenas**, Comissão Pró Índio de São Paulo, 1988.

CAZELLA, Ademir Antonio; CARRIÉRI, J.P. Abordagem Introdutória ao conceito de desenvolvimento territorial. In: **Eisforia**. Florianópolis: PPGAGR, 2003.

CORDEIRO, Georgina Kalife, et al. Educação do Campo e Desenvolvimento: reflexões referenciadas nos artigos do II Encontro Nacional de Pesquisa em Educação do Campo. In: Molina, Monica Castagna (org). **Educação do Campo e Pesquisa II: questões para reflexão**. Brasília: MDA/MEC, 2010, p. 48 a 64.

CORREIO LAGEANO. **Coluna Pelo Estado: Infra estrutura**. Lages: Correio Lageano, 1/10/2007.

CORREIO LAGEANO, **Reassentamento recebe Melhorias**. Lages: Correio Lageano, 08/02/2008.

COSTA, Licurgo. **O continente das Lagens**. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1982.

DAVIS, M. **Planeta favela**. São Paulo: Boitempo, 2006.

ENGEVIX. **EIA RIMA**. Barra Grande, 1999.

FBOMS. **Comentários do GT Energia sobre o Plano Decenal de Expansão de Energia Elétrica 2006-2015**. Brasília, 2006.

FERNANDES, Bernardo Mançano, CERIOLI, Paulo Ricardo, CALDART, Roseli Salete. **Conferência Nacional: por uma Educação Básica do Campo**, Texto para debate. Brasília, 1998.

FERNANDES, Bernardo Mançano; MOLINA, Mônica Castagna. *O campo da educação do campo*. v.1 p. 53-90, 2004.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo, Editora UNESP, 1991.

GOHN, Maria da Gloria, *Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais*. RJ: Vozes, 2003.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: Do fim dos territórios à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

IBGE. **Censo 2010**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/censo2010.htm?1>> acesso em agosto de 2011.

IBGE. **Cidades**. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>, acesso em agosto de 2011.

INEP, *Censo Escolar 2011. Data Escola Brasil. Anita Garibaldi, Inep, 2011. Disponível em <www.dataescolabrasil.inep.gov.br> acesso em agosto de 2011.*

LIMA, Maíra Luísa Milani de; *Licenciamento Ambiental e Gestão de Riscos: O caso da hidrelétrica de Barra Grande (RS)*. Florianópolis: UFSC, 2006. Dissertação de Mestrado.

LOCKS, Geraldo Augusto. **Identidade dos agricultores familiares brasileiros de São José do Cerrito**. Florianópolis: UFSC, 1998. Dissertação de Mestrado.

MAB; BAESA. **Termo de Acordo para o remanejamento da população diretamente atingida pelo aproveitamento hidrelétrico de Barra Grande. Anita Garibaldi, 2002.** Disponível em <http://www.baesa.com.br/pdfs/TERMO_DE_ACORDO_PARA_REMANEJAMENTO_AHEBG.pdf> acesso em setembro de 2011.

MACHADO, Elusa Camargo de Oliveira. **Coxilha Rica- caminho das tropas, território das águas: mudanças anunciadas**. In: AUED, Bernardete W., VENDRAMINI, Célia Regina (org). Florianópolis: Insular, 2009.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito Ambiental Brasileiro**, São Paulo: Malheiros, 2004.

MARÉS, Carlos Frederico. **A função social da terra**. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editor,2003.

MARTINS, José de Souza. **A chegada do estranho**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1993.
MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 23 ed., Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

MATERNATURA. Os Impactos Sociais e Ambientais. Paraná: Maternatura, 2010.
Disponível em http://www.maternatura.org.br/hidretricas/guia/LeiaMais_Osimpectosambientais.pdf em janeiro de 2011.

MINISTÉRIO de Minas e Energia. Relação de cadastros. Brasília, MME. 2007.
Disponível em http://www.epe.gov.br/Lists/LeilaoFA2007/Attachments/21/Relacao_de_cadastrados_Leilao_de_FA.pdf. >acesso em maio de 2010

MOLINA, Monica Castagna. **Educação do Campo e Pesquisa II: questões para reflexão**,organizadora. Brasília: MDA/MEC, 2010.

MUNARIM, Antonio, BELTRAME, Sonia, CONTE, Soraya F., PEIXER,Zilma I. (Orgs). **Educação do Campo: reflexões e perspectivas**. Florianópolis: Insular, 2010.

MUNARIM, Antonio. **Educação do Campo e Políticas Públicas: um desafio teórico e político**. 2010.

MUNARIM, Antonio. *Educação e Esfera Pública na Serra Catarinense: – A experiência política do Plano Regional de Educação*. Florianópolis: UFSC, Centro de Ciências da Educação, Núcleo de Publicações, 2000.

NÓR, Soraya. **As transformações sócio-espaciais na área da usina hidrelétrica de Itá**. Florianópolis, UFSC, 2001. Dissertação de Mestrado.

OLIVEIRA, L. L. ; MONTENEGRO, J.L.A. Panorama da Educação do Campo. IN MUNARIM et al(org). Educação do Campo.

O ECO. Com a palavra, a Baesa. O Eco,2004. Disponível em <
[Www.oeco.com.br/reportagens](http://www.oeco.com.br/reportagens) >acesso em setembro de 2011.

PARMIGIANI, Jacqueline. **Uma Escola Igual a dos Ricos: A escola rural na visão dos atingidos por barragens do Rio Iguaçu**. Paraná, UEL, 2003. Dissertação de Mestrado.

PEIXER, Zilma Isabel et al, Territórios em conflitos: movimentos sociais, educação ambiental e a construção de UHEs e PCHs na Serra Catarinense. XII Congresso da Associação para a Pesquisa Intercultural – ARIC, Florianópolis, 2009.

PEIXER, Zilma Isabel. TAMANINI, E., GRUN, M. **Territórios de poder:** identidades, educação, políticas territoriais e grandes empreendimentos na Serra Catarinense, artigo publicado no 31º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, MG, 2007.

PEIXER, Zilma Isabel. **Utopias de progresso:** ações e dilemas na localidade de Itá frente a uma hidrelétrica. 1993. 131p. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Departamento de Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, 1993.

PEIXER, Zilma Isabel. **Entre o dual e o múltiplo:** O entrelaçar dos conceitos de campo e cidade na constituição de territorialidades na Serra Catarinense. Artigo apresentado no VIII Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural, Porto de Galinhas, BR, 2010.

PROCHNOW, Miriam. (Org.) **Barra Grande:** A hidrelétrica que não viu a floresta. Rio do Sul - SC: Apremavi, 2005. 104 pg.

RAMOS, Marise Nogueira, MOREIRA, Telma Maria, SANTOS Clarice Aparecida dos. **Referências para uma política de educação do campo:** caderno de subsídios: Brasília: Secretaria de Educação Média e Tecnológica, Grupo permanente de trabalho de educação do campo, 2004.

RIBEIRO, Gustavo Lins. **Empresas Transnacionais:** um grande projeto por dentro. São Paulo: Ed. Marco Zero, 1991.

SACHS, IGNACY. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável.** Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SANTOS, Silvio Coelho dos e REIS, Maria José. **Memória do setor elétrico na região sul.** Florianópolis: Ed. UFSC, 2002.

SAQUET, Marcos Aurelio, SPOSITO, Eliseu Savério (org). **Territórios e Territorialidades:** teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SAUER, Sergio. **A luta pela terra e a reinvenção do rural.** Anais XI Congresso Brasileiro de Sociologia, Campinas: UNICAMP, 2003 .

SEBRAE. **Santa Catarina em Números:** relatório municipal de Anita Garibaldi. Florianópolis: Sebrae, 2010. Disponível em < <http://www.sebrae-sc.com.br/scemnumero/arquivo/Anita-Garibaldi.pdf> > acesso em março de 2010.

SECRETO, Maria Verônica, CARNEIRO, Maria José, BRUNO, Regina. **O campo em debate**: terra, homens, lutas. Rio de Janeiro: Edur, 2008.

SOUZA, Maria Antonia. **A educação do campo na investigação educacional**: quais conhecimentos estão em construção? 2010.

SPOSITO, Maria E. Beltrão, WHITACKER, Arthur Magon (org). **Cidade e campo**: relações e contradições entre urbano e rural. São Paulo: Expressão Popular,2006.

Tribunal de Contas de Santa Catarina. Indicadores municipais. TCE, 2011. disponível em <http://www.tce.sc.gov.br/web/contas/estatistica-municipal/indicadores-municipio>)> acessado em 26/05/2011.

UNESCO. Conferência Nacional: Por uma educação Básica do Campo. Brasília.Unesco,1998. disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001497/149798porb.pdf> > acesso em julho de 2011.

VAINER, Carlos. B., ARAÚJO, Guilherme B. De. **Grandes projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional**, Rio de Janeiro, CEDI, 1992.

VALLE, Raul Silva Telles do. O caso Barra Grande: lições sobre o (não) funcionamento do Estado de Direito no Brasil. In: PROCHNOW, Miriam. **Barra Grande** - A hidrelétrica que não viu a floresta. Rio do Sul-SC: APREMAVI, 2005.

VARELA, Iáscara Almeida. Et al. **Caminho das Tropas**. Uniplac / Funcitec / Pref. Mun. de Lages. 2004. Relatório de pesquisa.

VEIGA, José Eli da. **Cidades Imaginárias**: o Brasil é menos urbano do que se calcula.2 ed. Campinas,SP : Autores Associados,2003.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento Sustentável**: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

VENDRAMINI, Célia Regina. Educação e Trabalho: Reflexões em torno dos movimentos sociais do campo. Cad. Cedes, Campinas, vol. 27, n. 72, p. 121-135. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>>

VENDRAMINI, Célia Regina (org). **Educação em movimento na luta pela terra**. Florianópolis:NUP/CED,2002.

VERDUN, Ricardo et al (Org) **Integração, usinas hidroelétricas e impactos ambientais**. Brasília;INESC.2007.

ZEN, *Eduardo Luiz*. Fraude garante licença para hidrelétrica. In: PROCHNOW, Miriam. **Barra Grande** - A hidrelétrica que não viu a floresta. Rio do Sul-SC: APREMAVI, 2005.

Entrevistas realizadas

Moradora 1 – reassentamento Laranjeira

Moradora 2 – Município de Anita Garibaldi – atingida pela UHE Campos Novos

Moradora 3 – reassentamento Laranjeira

Moradora 4 – reassentamento Laranjeira

Moradora 5 – reassentamento Laranjeira

Moradora 6 – reassentamento Laranjeira

Morador 7 – Comunidade rural de Lages

Moradora 8 – reassentamento Laranjeira

Liderança do MAB

Gestoras da Secretaria Municipal de Educação de Anita Garibaldi

Secretária de Educação do município de Anita Garibaldi

ANEXOS

Anexo 1

Termo de Acordo para o remanejamento da população diretamente atingida pelo aproveitamento hidrelétrico de Barra Grande

Anexo 2

Termo de Ajustamento de Conduta

TERMO DE COMPROMISSO

Termo de Compromisso que entre si firmam o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, a Energética Barra Grande S.A. – BAESA, o Ministério de Minas e Energia – MME, o Ministério do Meio Ambiente – MMA, a Advocacia-Geral da União - AGU e o Ministério Público Federal – MPF, objetivando dar continuidade ao processo de licenciamento ambiental do Aproveitamento Hidrelétrico de Barra Grande, bem como o estabelecimento de diretrizes gerais para a elaboração do Termo de Referência para a Avaliação Ambiental Integrada dos Aproveitamentos Hidrelétricos localizados na Bacia do Rio Uruguai. O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, neste ato designado compromitente e doravante denominado IBAMA, vinculado ao Ministério do Meio Ambiente, representado por seu Presidente MARCUS LUIZ BARROSO BARROS, a ENERGÉTICA BARRA GRANDE S.A., neste ato designada compromissária doravante denominada BAESA, representada por seu Diretor Superintendente Carlos Alberto Bezerra de Miranda e por sua Procuradora Alacir Borges Schmidt, o MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, neste ato figurando como primeiro interveniente, doravante denominado MME, representado pelo seu Secretário-Executivo Maurício Tiomno Tolmasquim e pelo seu Secretário de Energia Amílcar Gonçalves Guerreiro, o MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, neste ato figurando como segundo interveniente e doravante denominado MMA, representado pelo seu Secretário-Executivo Cláudio Langone, a ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO, neste ato figurando como terceira interveniente e doravante denominada AGU, representada por seu Procurador-Geral, Moacir Antônio Machado da Silva e pelo Procurador-Regional da União na 4ª Região, Luís Henrique Martins dos Anjos, o MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, figurando neste ato como quarto interveniente e doravante denominado MPF, representado pelo Procurador da República em Lages/SC, Nazareno Jorgealém Wolff, e pela Procuradora da República em Caxias do Sul/RS, Luciana Guarnieri, todos em conjunto ora denominados partes.

CONSIDERANDO:

- 1) ser objetivo de todos manter o meio ambiente equilibrado para uso comum da sociedade com intuito de se obter uma vida saudável e de qualidade; Termo de Compromisso – fls. 2
- 2) que compete ao Poder Público defender e preservar o Meio Ambiente, nos termos do art. 225 da Constituição Federal;
- 3) que o MME tem a responsabilidade de zelar pelo adequado equilíbrio entre a oferta e a demanda por energia elétrica no País, observados os princípios gerais da modicidade tarifária e do desenvolvimento dos recursos energéticos de forma ambientalmente sustentável;
- 4) que compete ao MMA propor políticas e normas, bem como definir estratégias, visando à sustentabilidade ambiental do desenvolvimento econômico e social do País;
- 5) que compete ao MPF promover atos judiciais e extrajudiciais destinados à proteção de direitos difusos e coletivos indisponíveis do cidadão e do consumidor, nos termos da Constituição Federal e legislação ordinária;
- 6) que a legislação ambiental brasileira determina que a construção, instalação, ampliação e funcionamento de atividades utilizadoras de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidoras, bem como qualquer outra que causar degradação ambiental, dependerão de prévio licenciamento do órgão competente;
- 7) que é da competência do IBAMA proceder ao licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades com significativo impacto ambiental em âmbito nacional e regional, nos termos da Resolução CONAMA no 237/97;
- 8) que as Resoluções CONAMA nos 01/86, 06/87 e 237/97 estabelecem as diretrizes para a concessão do licenciamento ambiental de obras de grande impacto ambiental;
- 9) que ditos empreendimentos deverão atender às exigências do IBAMA para fins de licenciamento ambiental;
- 10) que a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, estabeleceu, para empreendimentos de

significativo impacto ambiental, a exigência de o empreendedor apoiar a implantação e manutenção de unidade de conservação do grupo de proteção integral, cuja forma de cumprimento foi regulamentada pelo Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, arts. 31 a 34;

11) que a Bacia do Rio Uruguai dispõe de Estudo de Inventário Hidrelétrico elaborado entre 1978 e 1981, aprovado pelo extinto Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE), e que tal estudo encontra-se atualizado para fins de definição dos aspectos de viabilidade técnica dos aproveitamentos para exploração do potencial energético da bacia;

12) a importância de se identificar e avaliar os efeitos sinérgicos e cumulativos resultantes dos impactos ocasionados pelo conjunto dos aproveitamentos em planejamento, construção e operação situados em uma mesma bacia hidrográfica;

13) ser do interesse público a conclusão do aproveitamento hidrelétrico denominado Barra Grande, quinto maior aproveitamento do conjunto de empreendimentos cuja Termo de Compromisso – fls. 3 concessão já foi outorgada, com 690 MW, localizado no Rio Pelotas, na Bacia do Rio Uruguai, na divisa dos Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, necessário para expansão da geração de energia elétrica do País, uma vez atendidos os requisitos de cunho ambiental;

14) que a BAESA tem a responsabilidade de implantar o Aproveitamento Hidrelétrico de Barra Grande, bem como os programas e demais ações que mitiguem e compensem os impactos ambientais decorrentes dessa implantação;

15) que não foi devidamente contemplada, no Estudo de Impacto Ambiental disponibilizado à época da licitação para concessão do AHE Barra Grande, nem observados nas vistorias realizadas pelos órgãos ambientais responsáveis pelo licenciamento, a existência de remanescentes de floresta ombrófila mista primária e em avançado estágio de regeneração na área de inundação do reservatório da usina;

16) que a obra da Usina Hidrelétrica de Barra Grande já se encontra na sua fase final de construção, cuja paralisação não é do interesse público ou privado, e

17) os elementos contidos no Processo Administrativo IBAMA nº 02001.000201.98-46.

RESOLVEM:

celebrar o presente TERMO DE COMPROMISSO, com força de título executivo extrajudicial, com as características previstas no instrumento constante do § 6º do art. 5º da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, c/c art. 585 do Código de Processo Civil, nos termos constantes das cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO

Constitui objeto do presente TERMO a definição de compromissos que assumem as Partes para execução de ações que possibilitem a continuidade do processo de licenciamento ambiental do Aproveitamento Hidrelétrico de Barra Grande, em especial a supressão de parte da vegetação da área de seu reservatório, bem como o estabelecimento de diretrizes gerais para a elaboração do Termo de Referência para a Avaliação Ambiental Integrada dos Aproveitamentos Hidrelétricos localizados na Bacia do Rio Uruguai.

CLÁUSULA SEGUNDA

DOS COMPROMISSOS DA BAESA

Como medidas mitigadoras e compensatórias do impacto ambiental no que se refere à supressão de vegetação necessária à formação do reservatório do AHE Barra Grande, a BAESA se obriga a:

Termo de Compromisso – fls. 4

I – Implantar banco de germoplasma ex-situ para as espécies ameaçadas de extinção, abrangendo amostras de diferentes populações na área natural de ocorrência, bem como amostras de populações ameaçadas, sendo, no mínimo, as 13 espécies referidas no levantamento executado pela Bourcheid Engenharia, incluído no Processo Administrativo IBAMA nº 02001.000201.98-46.

II - Formalizar convênio com entidade de pesquisa gabaritada para a execução das ações descritas nas alíneas “a” a “f” a seguir, preferencialmente localizada na área sob influência do aproveitamento, num prazo máximo de 90 (noventa) dias, como medida de mitigação e

compensação ambiental, tendo como objeto a conservação dos recursos genéticos, consistindo basicamente nos seguintes itens:

- a. Resgate do germoplasma de forma a amostrar a variabilidade genética das populações das espécies – alvo;
- b. Conservação do germoplasma *ex situ* em bancos de germoplasma (conservação genética), para garantir réplicas em diferentes locais (câmaras de conservação de sementes, bancos ativos de germoplasma – *in vivo* – criopreservação e cultura de tecidos para espécies com sementes recalcitrantes);
- c. Formação de mudas em viveiros com representantes da variabilidade genética resgatada, para recomposição de áreas degradadas;
- d. Consideração do componente genético para subsidiar planos de manejo das espécies-alvo;
- e. Realização de estudos de variabilidade genética visando descrever os níveis e a distribuição da variabilidade genética entre e dentro de populações naturais;
- f. Realização de estudos de estrutura de populações e regeneração de espécies– alvo para subsidiar a indicação de áreas prioritárias para instalação de unidades de conservação.

III – Encaminhar, trimestralmente, às Unidades do MPF e da AGU signatárias, relatórios acerca dos trabalhos realizados e dos valores despendidos pelas ações descritas nos incisos I e II desta Cláusula.

IV – Cumprir com as demais condicionantes previstas na autorização de supressão de vegetação que será parte integrante deste termo.

V – Adquirir e transferir ao IBAMA área de terras num total aproximado de 5.740 ha, com características próprias de fitofisionomia de floresta ombrófila mista (floresta de araucária), necessariamente constituída por vegetação primária e secundária em estágio médio e avançado de regeneração. Essa aquisição está limitada a R\$ 21.000.000,00 (vinte e um milhões de reais).

VI – Fazer construir, no Município de Lages, sede do Quinto Pelotão de Polícia Militar de Proteção Ambiental do Estado de Santa Catarina, no valor máximo de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais). Termo de Compromisso – fls. 5

VII – Investir R\$ 100.000,00 (cem mil reais) na implantação de infra-estrutura de visitação e utilização pública do Parque Ecológico João Costa, no Município de Lages, valor este a ser deduzido do montante global da compensação ambiental do empreendimento, prevista na Lei nº 9.985/2000.

VIII – Investir R\$ 100.000,00 (cem mil reais) na execução de reforma, ampliação e adaptação do prédio do escritório e alojamento do Parque Nacional de São Joaquim, situado no Município de Urubici, bem como adquirir e transferir à UC uma caminhonete a diesel, cabine dupla, com tração nas quatro rodas e ar condicionado, para ser utilizada exclusivamente nos trabalhos de consolidação e fiscalização desse parque. Esse valor também será deduzido do montante global da compensação ambiental do empreendimento, prevista na Lei nº 9.985/2000.

IX – Investir recursos financeiros na elaboração do Plano de Manejo da Estação Ecológica Aracuri-Esmeralda, bem como na reforma da antiga sede de fazenda situada nessa UC, a serem deduzidos do montante global da compensação ambiental do empreendimento, prevista na Lei nº 9.985/2000.

X – Elaborar o Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno do Reservatório de Barra Grande, consoante ao disposto na Resolução CONAMA nº 302/2002, encaminhando cópia desse Plano às Unidades do MPF e da AGU signatárias do presente TERMO.

XI – Proceder à supressão de vegetação necessária à formação do reservatório do AHE Barra Grande nos exatos termos previstos no Inciso I e Parágrafos 1º, 2º e 3º da Cláusula Quarta.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. O convênio referido no inciso II desta Cláusula deverá ser previamente submetido ao IBAMA, para aprovação no prazo máximo de 10 (dez) dias, após o qual será o convênio considerado aprovado.

PARÁGRAFO SEGUNDO. A aquisição da área referida no inciso V desta Cláusula deverá ser procedida, preferencialmente, dentre aquelas consideradas prioritárias para a criação de

unidades de conservação federais, descritas na Portaria nº 508, de 20 de dezembro de 2002, do Ministério do Meio Ambiente, com a redação alterada pela Portaria nº 178/04.

PARÁGRAFO TERCEIRO. A BAESA adquirirá, preferencialmente amigavelmente, a área de terra mencionada no inciso V desta cláusula, no prazo de até 12 meses a partir da emissão da licença de operação para o empreendimento hidrelétrico e a aprovação, pelo IBAMA, da área a ser adquirida. Na hipótese de a aquisição não se consumir por razões alheias à vontade da BAESA, como por exemplo, discordância a respeito do preço, pendências documentais dos imóveis, dentre outros motivos que deverão ser devidamente justificados, a BAESA solicitará ao IBAMA que envide esforços para a expedição do Decreto de Utilidade Pública visando à desapropriação da referida área, ficando este responsável por dar os devidos encaminhamentos normativos, devendo o aporte financeiro até o limite antes mencionado ser suportado integralmente pela BAESA, nos termos do inciso V da Cláusula Segunda. Termo de Compromisso – fls. 6

PARÁGRAFO QUARTO. O prazo para execução das medidas mitigadoras e compensatórias de que trata esta Cláusula será estabelecido de comum acordo entre a BAESA e o IBAMA, devendo ser formalmente informado às demais PARTES que firmam o presente TERMO.

PARÁGRAFO QUINTO. O disposto nos incisos V e VI desta Cláusula constitui obrigação do empreendedor, independentemente da compensação ambiental já definida nos termos do art. 36 da Lei nº 9.985/00.

PARÁGRAFO SEXTO. Os custos decorrentes das obrigações pactuadas nesta Cláusula correrão exclusivamente à conta da BAESA.

PARÁGRAFO SÉTIMO. A empresa a ser contratada pela BAESA para a supressão da vegetação mencionada na Cláusula Quarta, inciso I, deverá estar devidamente regularizada nos órgãos ambientais, e a destinação da madeira deverá ser comprovada, obedecidas as vedações constantes na legislação pertinente.

PARÁGRAFO OITAVO. As obrigações da BAESA constantes deste TERMO representam a totalidade das mitigações e compensações atribuíveis à Empresa em decorrência da existência de remanescentes de floresta ombrófila mista primária e em avançado estágio de regeneração na área de inundação do reservatório da usina, que não foram identificados nos estudos ambientais que subsidiaram o licenciamento ambiental do AHE Barra Grande.

CLÁUSULA TERCEIRA

DAS DIRETRIZES PARA A IMPLANTAÇÃO DO BANCO DE GERMOPLASMA.

Para implantação do banco de germoplasma mencionado na Cláusula Segunda, inciso I, deverá ser obedecido o seguinte:

I – Diretrizes gerais:

- a) Implantação com base no padrão de distribuição da variabilidade do genoma do núcleo e do genoma do cloroplasto;
- b) Etapas e diretrizes de manejo, conforme projeto técnico constante do convênio referido na Cláusula Segunda, Inciso II deste instrumento;

II – Perfil da instituição:

- a) experiência comprovada em pesquisas de genética, plantios experimentais e manejo de florestas nativas;
- b) conhecimento das áreas geográficas objeto do trabalho e no contexto do bioma;
- c) comprovação de trabalhos científicos e técnicos com espécies nativas, em fenologia da reprodução, demarcação de populações nativas, coleta e beneficiamento de sementes, formação de mudas e plantios experimentais, delineamentos e instalação de Banco Ativo de Germoplasma (BAG). Termo de Compromisso – fls. 7

CLÁUSULA QUARTA

DOS COMPROMISSOS DO IBAMA

I - Conceder autorização de supressão de vegetação para a implantação do Aproveitamento Hidrelétrico de Barra Grande, no ato da assinatura do presente instrumento, condicionada sua implementação ao disposto nos Parágrafos 1º, 2º e 3º desta Cláusula.

II – Analisar e aprovar os termos do convênio referido na Cláusula Segunda, inciso II, conforme parágrafo primeiro da mesma Cláusula e do mesmo inciso, remetendo cópia do

convênio celebrado às Unidades do MPF e da AGU signatárias deste TERMO.

III – Fazer vistoria prévia na área a ser adquirida pela empresa, referida na Cláusula Segunda, inciso V, comprovando a existência de características próprias de fitofisionomia de floresta ombrófila mista (floresta de araucária, constituída por vegetação primária e secundária em estágio médio e avançado de regeneração).

IV – Aprovar a aquisição da área a ser adquirida pela empresa referida na Cláusula Segunda, inciso V,

V – Propor, na área a ser adquirida pelo empreendedor, a criação de uma unidade de conservação de proteção integral, cuja categoria será definida após a realização dos estudos necessários de acordo com o disposto no art. 22 da Lei nº 9.985/00.

VI – Destinar parte dos recursos da compensação ambiental do Aproveitamento Hidrelétrico de Barra Grande de que trata o art. 36 da Lei nº 9.985/2000 nos termos especificados nos incisos VII, VIII e IX da Cláusula Segunda deste TERMO.

VII – Encaminhar à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal os documentos solicitados na reunião realizada com técnicos do MPF em 26/08/2004, no prazo de trinta dias após a assinatura deste TERMO.

VIII – Priorizar a continuidade do processo de licenciamento ambiental do Aproveitamento Hidrelétrico de Barra Grande, observado o início do cumprimento das condições constantes da Cláusula Segunda deste TERMO, comprometendo-se a encaminhar ao MPF cópia do relatório da vistoria prévia a ser realizada para a emissão da licença de operação do empreendimento.

IX - Dar o suporte técnico necessário ao MMA para a elaboração do TERMO DE REFERÊNCIA da Avaliação Ambiental Integrada dos Aproveitamentos Hidrelétricos da Bacia do Rio Uruguai, a que se refere a Cláusula Oitava, bem como para o acompanhamento e apreciação final dos estudos.

X – Apresentar, num prazo de 10 (dez) dias a contar do ato da assinatura deste TERMO, documento contendo a localização georeferenciada das áreas referidas no parágrafo terceiro desta Cláusula. Termo de Compromisso – fls. 8

XI – Apresentar ao Ministério Público Federal, no prazo de 90 (noventa) dias, plano de regularização fundiária do Parque Nacional de São Joaquim, com o respectivo cronograma de execução físico-financeira, a ser custeado com recursos de compensação ambiental.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. No ato da assinatura deste TERMO fica a BAESA autorizada a proceder à supressão das áreas AH-D-01, 02, 03, 05 e AH-D-16 (margem direita – estado de Santa Catarina), com 1736,38 ha, e AH-E-01, 02, 05 e AH-E-13 (margem esquerda – estado do Rio Grande do Sul) com 950,90 ha, perfazendo 2.687,28 há de supressão nesta etapa, conforme projeto técnico apresentado pela BAESA no processo de licenciamento.

PARÁGRAFO SEGUNDO. As áreas mencionadas no PARÁGRAFO PRIMEIRO desta Cláusula localizam-se próximas ao eixo de barramento, estendendo-se pelo terço de reservatório logo a montante desse barramento, e estão caracterizadas no Inventário Florestal do Programa 5 –Meio Físico, Projeto 5.1 – Limpeza da Bacia de Acumulação – Versão de Janeiro de 2004, elaborado pela FUNCATE, sob contrato com a empresa Andrade & Canellas.

PARÁGRAFO TERCEIRO. Com relação às demais áreas, a BAESA dará ciência ao IBAMA da comprovação, pela empresa contratada para a implantação do banco de germoplasma, da execução da identificação das espécies, da coleta do respectivo germoplasma vegetal e de seu adequado armazenamento, conforme o projeto técnico constante do convênio referido na Cláusula Segunda, Inciso II, deste TERMO, iniciando a supressão de vegetação no terceiro dia útil após a referida ciência, no caso de ausência de manifestação em contrário do IBAMA.

PARÁGRAFO QUARTO. O IBAMA envidará esforços para a expedição do competente decreto de utilidade pública visando à desapropriação da área referida no Inciso V da Cláusula Segunda, caso não seja possível a aquisição amigável das terras.

PARÁGRAFO QUINTO. O IBAMA se compromete a adotar como diretrizes gerais, quando concluídas e aprovadas, as indicações derivadas dos estudos que compõem a avaliação ambiental integrada referida na Cláusula Oitava, em futuros processos de licenciamento

ambiental de empreendimentos em planejamento na Bacia do Rio Uruguai, independentemente dos procedimentos adotados atualmente por esse Instituto.

CLÁUSULA QUINTA

DOS COMPROMISSOS DO MME

I - Promover diretamente, ou por meio da Empresa de Pesquisa Energética – EPE, empresa pública vinculada ao MME, criada pelo Decreto no 5.184, de 16 de agosto de 2004, a avaliação ambiental integrada dos aproveitamentos de geração hidrelétrica planejados, em estudo, com concessão e em operação na Bacia do Rio Uruguai, observado o TERMO DE REFERÊNCIA a que se refere a Cláusula Oitava deste instrumento.

II - Promover, diretamente ou por meio da EPE, seminários ou reuniões técnicas com o objetivo de apresentar e discutir com as demais partes, os resultados parciais e finais da Termo de Compromisso – fls. 9 Avaliação Ambiental Integrada dos Aproveitamentos Hidrelétricos da Bacia do Rio Uruguai.

III – Encaminhar às Partes, relatório conclusivo contendo os estudos consolidados da Avaliação Ambiental Integrada dos Aproveitamentos Hidrelétricos da Bacia do Rio Uruguai e após manifestação do MMA.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. O prazo para execução desses estudos é de no máximo 12 (doze) meses, a partir de sua contratação pelo MME ou pela EPE, podendo ser prorrogado, por igual período, em razão da complexidade dos estudos.

PARÁGRAFO SEGUNDO. Prorrogação adicional do prazo referido no item anterior deverá ser justificada e será objeto de TERMO ADITIVO ao instrumento a ser ajustado para a execução desses estudos.

CLÁUSULA SEXTA

DOS COMPROMISSOS DO MMA

I – Opinar sobre os termos do convênio referido na Cláusula Segunda, inciso II, obedecendo o prazo estipulado no parágrafo primeiro daquela Cláusula.

II - Promover a realização de dois seminários, um no Município de Lages/SC e outro no Município de Caxias do Sul, iniciando pelo primeiro, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da assinatura deste instrumento, com a participação do MME, MMA, MPF, AGU e IBAMA, para colher subsídios na região, necessários à elaboração do TERMO DE REFERÊNCIA para os estudos da Avaliação Ambiental Integrada dos Aproveitamentos Hidrelétricos da Bacia do Rio Uruguai, a que se refere a Cláusula Sétima deste Instrumento.

III - Propor, no prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir da realização dos seminários referidos no inciso I desta Cláusula, minuta de TERMO DE REFERÊNCIA para os estudos da Avaliação Ambiental Integrada dos Aproveitamentos Hidrelétricos da Bacia do Rio Uruguai.

IV - Acompanhar a execução dos estudos e manifestar-se tecnicamente sobre o relatório conclusivo da Avaliação Ambiental Integrada dos Aproveitamentos Hidrelétricos da Bacia do Rio Uruguai, no prazo máximo de 2 (dois) meses de seu recebimento.

V – Fazer realizar, no prazo de 12 meses após a assinatura deste Termo, estudos para a criação de um corredor ecológico no Rio Pelotas que garanta o fluxo gênico à montante da área de inundação da barragem de Barra Grande, interligando a região da calha do Rio Pelotas e seus principais afluentes, aos Parques Nacionais de São Joaquim e Aparados da Serra.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. O MMA se articulará com o IBAMA, apoiando-o no cumprimento dos incisos II, III e IV da Cláusula Quarta. Termo de Compromisso – fls. 10

PARÁGRAFO SEGUNDO. Uma vez apreciada e aprovada a Avaliação Ambiental Integrada dos Aproveitamentos Hidrelétricos da Bacia do Rio Uruguai, o MMA baixará os dispositivos necessários para que o IBAMA passe a adotar, a partir de então, como diretrizes gerais nos futuros processos de licenciamento ambiental dos empreendimentos em planejamento/projeto na Bacia do Rio Uruguai, as indicações derivadas dos estudos que compõem a avaliação ambiental integrada.

PARÁGRAFO TERCEIRO. O MMA fará as gestões necessárias para que a metodologia utilizada nos estudos da avaliação ambiental integrada de que trata esta Cláusula possa ser adotada como diretriz geral no desenvolvimento de novas avaliações ambientais integradas

de aproveitamentos hidrelétricos em outras bacias hidrográficas do País.

CLÁUSULA SÉTIMA

DAS ATRIBUIÇÕES DO MPF

O MPF concorda expressamente com as cláusulas estabelecidas neste TERMO DE COMPROMISSO.

CLÁUSULA OITAVA

DAS DIRETRIZES PARA AVALIAÇÃO AMBIENTAL INTEGRADA DOS APROVEITAMENTOS HIDRELÉTRICOS DO RIO URUGUAI

As partes acordam com a seguinte definição e extensão quanto ao conteúdo da Avaliação Ambiental Integrada dos Aproveitamentos Hidrelétricos da Bacia do Rio Uruguai:

I - A avaliação ambiental integrada de aproveitamentos hidrelétricos em uma bacia hidrográfica constitui um estudo inovador, que objetiva identificar e avaliar os efeitos sinérgicos e cumulativos resultantes dos impactos ambientais ocasionados pelo conjunto dos aproveitamentos em planejamento, construção e operação situados na bacia.

II - Abrangência: trecho nacional da Bacia Hidrográfica do Rio Uruguai.

III - Objetivos:

a. estabelecer diretrizes para a implantação de aproveitamentos hidrelétricos na Bacia do Rio Uruguai para os quais não foi outorgada concessão até a data de assinatura do Termo de Referência especificado no Parágrafo Segundo desta Cláusula; e

b. identificar os aspectos a serem abordados no âmbito dos estudos ambientais que subsidiarão o licenciamento ambiental dos futuros aproveitamentos hidrelétricos da bacia;

IV – Escopo: Termo de Compromisso – fls. 11

a. a escala de abordagem da avaliação ambiental integrada deverá permitir uma visão de conjunto dos aproveitamentos objeto do estudo;

b. a avaliação ambiental integrada não utilizará necessariamente as escalas usuais adotadas em estudos que contemplam um único aproveitamento;

c. os dados e informações sobre os meios físico, biótico e sócioeconômico serão compatíveis com a escala estratégica do estudo.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. No prazo de trinta dias após a realização dos seminários especificados na Cláusula Quinta deste instrumento, será apresentada pelo MMA a proposta de TERMO DE REFERÊNCIA para a Avaliação Ambiental Integrada dos Aproveitamentos Hidrelétricos da Bacia do Rio Uruguai, que observará as definições e extensões estabelecidas nesta Cláusula.

PARÁGRAFO SEGUNDO. O TERMO DE REFERÊNCIA para a Avaliação Ambiental Integrada dos Aproveitamentos Hidrelétricos da Bacia do Rio Uruguai será formalizado por meio de TERMO de COMPROMISSO específico.

CLÁUSULA NONA

DA FISCALIZAÇÃO

A celebração do presente TERMO não impede a fiscalização, pelas autoridades competentes, nos termos da lei, do Aproveitamento Hidrelétrico de Barra Grande.

CLÁUSULA DÉCIMA

DA INADIMPLÊNCIA

O não cumprimento, pela COMPROMISSÁRIA, dos prazos e obrigações sob sua direta responsabilidade, constantes deste TERMO, importará, sem prejuízo das sanções penais e administrativas cabíveis, a obrigação de reparação de eventual dano ambiental decorrente do descumprimento deste instrumento.

I – na cominação de pena pecuniária diária, corrigida monetariamente pelos índices oficiais, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), observados os §§ 2º e 3º desta Cláusula.

II – na execução judicial das obrigações nele estipuladas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. O disposto no presente TERMO não elide a imposição de sanção administrativa pelo COMPROMITENTE à COMPROMISSÁRIA, sempre que se verificar descumprimento de quaisquer das cláusulas sob responsabilidade da COMPROMISSÁRIA, ou infração às normas ambientais. Termo de Compromisso – fls. 12

PARÁGRAFO SEGUNDO. Não correrão contra a COMPROMISSÁRIA eventuais atrasos ou omissões atribuídos única e exclusivamente às demais partes signatárias.

PARÁGRAFO TERCEIRO. Não constituirá descumprimento do presente TERMO, a eventual inobservância pela COMPROMISSÁRIA, de quaisquer dos prazos estabelecidos, desde que resultante de caso fortuito e força maior, na forma tipificada no artigo 393, da Lei nº 10. 406, de 10 de janeiro de 2002.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA
DA ALTERAÇÃO DAS CONDIÇÕES PACTUADAS**

Este TERMO poderá ser alterado a exclusivo critério e aprovação das partes, mediante TERMO ADITIVO.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA
DA VIGÊNCIA**

O presente Termo, com eficácia de título executivo extrajudicial, na forma dos art. 5º, § 6º da Lei nº 7.347/85, produzirá efeitos legais a partir de sua assinatura e terá vigência até a efetiva conclusão das ações previstas neste instrumento.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA
DA PUBLICIDADE**

Compete ao MME fazer publicar o extrato do presente TERMO DE COMPROMISSO, no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da sua celebração, no Diário Oficial da União.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

I - A BAESA se compromete a renunciar, neste ato, a quaisquer pretensões de reivindicar judicial ou extrajudicialmente eventuais direitos a indenizações ou alegar prejuízos de outra natureza a serem suportados pelo IBAMA e pela União decorrentes da demora na concessão da autorização de supressão de vegetação objeto do presente Instrumento;

II - A BAESA se compromete a desistir do Mandado de Segurança Processo nº 2004.34.00.021037-5 - em curso na 13ª Vara Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal, impetrado contra o ato do Diretor de Licenciamento e Qualidade Ambiental e do Presidente do IBAMA e de quaisquer outras ações acaso já promovidas contra a mencionada entidade autárquica que tenha por objeto a autorização de supressão de vegetação de que trata o presente termo.

III - As partes declaram e reconhecem para os devidos fins que o presente TERMO DE COMPROMISSO está sendo firmado de comum acordo, com o intuito de equacionar a supressão de vegetação na área do reservatório do Aproveitamento Hidrelétrico de Barra Grande e de contribuir, num futuro próximo, na mitigação dos impactos ambientais Termo de Compromisso – fls. 13 decorrentes da implantação dos diversos empreendimentos hidrelétricos na Bacia do Rio Uruguai.

IV – Desde que tenha sido feito o resgate do germoplasma vegetal e a supressão de vegetação até a cota 627m, o IBAMA compromete-se, uma vez atendidas as demais obrigações da BAESA constantes da licença de instalação, a conceder a licença de operação do empreendimento, para que seja dado início ao enchimento do reservatório. A supressão de vegetação prosseguirá até o nível máximo do reservatório (647 metros), concomitante com o seu enchimento.

E por estarem de acordo, firmam o presente compromisso que contém 13 (treze) laudas, em 10 (dez) vias de igual teor.

Brasília, 15 de setembro de 2004

Maurício Tiomno Tolmasquim Cláudio Langone
Secretário-Executivo do MME Secretário Executivo do MMA
Amílcar Gonçalves Guerreiro Marcus Luiz Barroso Barros
Secretário de Energia do MME Presidente do IBAMA
Nazareno Jorgealém Wolff Luciana Guarnieri
Procurador da República em Lages/SC Procuradora da República em Caxias do Sul/RS
Moacir Antônio Machado da Silva Luís Henrique Martins dos Anjos
Procurador-Geral da AGU Procurador-Regional da União na 4ª Região
Carlos Alberto Bezerra de Miranda Alacir Borges Schmidt
Diretor Superintendente da BAESA Procuradora da BAESA